



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Gabriel Guimarães de Souza

**“Ainda tenho muita coisa pra fazer pela minha terra”:
ambição política dos Deputados Estaduais do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2022

Gabriel Guimarães de Souza

**“Ainda tenho muita coisa pra fazer pela minha terra”:
ambição política dos Deputados Estaduais do Rio de Janeiro**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

S729 Souza, Gabriel Guimarães de.
“Ainda tenho muita coisa pra fazer pela minha terra”: ambição política dos
Deputados Estaduais do Rio de Janeiro / Gabriel Guimarães de Souza. – 2022.
88f.: il.

Orientador: Fabiano Guilherme Mendes Santos
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1.Partidos políticos – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 2.Rio de Janeiro
(Estado) – Assembleia Legislativa -Teses. 3. Poder (Ciência sociais) – Teses.
I. Santos, Fabiano Guilherme Mendes. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 329(815.3)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Gabriel Guimarães de Souza

**“Ainda tenho muita coisa pra fazer pela minha terra”:
ambição política dos Deputados Estaduais do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 8 de dezembro 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Thiago Moreira da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Fernando Henrique Eduardo Guarnieri
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Rio de Janeiro
2022

DEDICATÓRIA

Ao meu falecido pai, Rodrigo, minha mãe Viviane e minhas avós Virgínia e Sandra.

AGRADECIMENTOS

Meus Orixás, guias e guardiões espirituais que sempre estiveram ao meu lado durante todo o tempo. Agradeço a toda a minha família, em especial a minha avó Sandra, a qual sempre me deu o maior dos incentivos que alguém poderia me dar. Agradeço também a minha mãe Viviane, minha avó Virgínia, minha tia-avó Luzia e minha prima Luciana por sempre estarem ao meu lado e se preocuparem comigo.

Agradeço aos meus grandes amigos de vida e companheiros de luta, Bruno Kazuhiro, Jefferson Figueiredo, Luiz Henrique Rocha, LinikRykaszewski e Aniella Freitas. Juntos, vivemos muitas coisas e eu não teria conseguido concluir essa dissertação sem os conselhos, ajuda, suporte e carinho de vocês. Estaremos sempre juntos.

Ao amigo e ex-professor Sérgio Praça por todos os conselhos. Mais do que um professor de política, aprendo diariamente sobre a vida com ele. A amiga Rafaella Salles por todo companheirismo, cumplicidade e lealdade.

À minha namorada, Vanessa, que não mediu esforços para me ajudar nesse período tão difícil.

Devo a ela considerável parte da minha felicidade. Além disso, boa parte desse trabalho foi construído próximo a ela. Agradeço imensamente por tudo.

Aos amigos de mestrado, Pedro Weissenberg, Thomas Traumann, Mateus Pestana, Guilherme Mello, Carlos Freitas e Tiago Zeitone pelos conselhos e por estarem sempre ao meu lado nesse processo. Agradeço também ao meu orientador, Fabiano Santos, por toda paciência, compreensão e respeito para comigo nesse período. Agradecimento especial ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – pelo auxílio nessa empreitada.

Por fim, agradeço ao meu falecido pai, Rodrigo. Sua memória e legado me motivam diariamente a me tornar um homem melhor. Com sorte e trabalho, chegarei próximo do que um dia ele foi. Essa dissertação faz parte desse esforço.

RESUMO

SOUZA, Gabriel Guimarães de. “*Ainda tenho muita coisa pra fazer pela minha terra*”: ambição política dos Deputados Estaduais do Rio de Janeiro. Orientador: Fabiano Guilherme Mendes Santos. 2022. 88f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Por quais razões alguns Deputados Estaduais do Rio de Janeiro nunca tentaram se lançar candidatos a outros cargos depois de conquistarem uma cadeira na ALERJ? Essa dissertação busca investigar essa inquietude. O objetivo principal é mostrar que existem elementos que precisam ser observados quando se discute ambição política no Brasil: grupo político e dobradinhas. Evidencia-se nesse trabalho que existem três elementos definidores para a escolha desses Deputados Estaduais pela reeleição. O primeiro deles é o fato de já participarem de grupos políticos que já possuem Deputados Federais e uma hierarquia bem estabelecida. O segundo é que, por meio das dobradinhas, eles funcionam como minimizadores de incertezas de Deputados Federais na transferência de votos. O terceiro é que ou possuem votações muito geograficamente concentradas – que dificulta a expansão – ou possuem votações espaçadas e pequenas, elemento que, em ambos os casos, impossibilita alçar uma candidatura competitiva à Câmara dos Deputados. O trabalho mostra que os conceitos de grupo político e dobradinha são necessários para se discutir a ambição política no Brasil a partir do estudo de caso de Deputados Estaduais do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: ambição; Rio de Janeiro; ALERJ.

ABSTRACT

SOUZA, Gabriel Guimarães de. *“I still have a lot to do for my land”*: political ambition of Rio de Janeiro State Deputies. Orientador: Fabiano Guilherme Mendes Santos. 2022. 88f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

For what reasons do some State Deputies of Rio de Janeiro never try to run candidates for other positions after winning a seat in ALERJ? This dissertation seeks to investigate this concern. The main objective is to show that there are elements that need to be observed when discussing political ambition in Brazil: political group and doubles. It is evident in this work that there are three defining elements for the choice of these State Deputies for reelection. The first is the fact that they already participate in political groups that already have Federal Deputies and a well-established hierarchy. The second is that, through the doubles, they work as minimizers of uncertainties for Federal Deputies in the transfer of votes. The third is that either they have very geographically concentrated votes – which makes expansion difficult – or they have spaced and small votes, an element that, in both cases, makes it impossible to raise a competitive candidacy to the Chamber of Deputies. The work shows that the concepts of political group and double are necessary to discuss political ambition in Brazil from the case study of State Deputies of Rio de Janeiro.

Keywords: ambition; Rio de Janeiro; ALERJ.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Relação entre Assembleia e Governador com recursos de patronagem.....	47
Figura 2 - Relação entre Assembleia e Governador sem recursos de patronagem.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de Deputados Estaduais elegíveis para a pesquisa.....	13
Tabela 2 - Quadro de variáveis.....	14
Tabela 3 - Quadro de hipóteses.....	14
Tabela 4 - Deputados Estaduais que se candidataram ao executivo e ao legislativo Federal no Rio de Janeiro (2006 – 2008 – 2010).....	33
Tabela 5 - Deputados Estaduais que se candidataram ao executivo e ao legislativo Federal no Rio de Janeiro (2010 – 2012 – 2014).....	33
Tabela 6 - Deputados Estaduais que se candidataram ao executivo e ao legislativo Federal no Rio de Janeiro (2014 – 2016 – 2018).....	33
Tabela 7 - Poder de agenda Governador x Presidente.....	39
Tabela 8 - Divisão temática do trabalho na produção de leis no Rio de Janeiro.....	46
Tabela 9 - Relação de dominância do executivo sobre a ALERJ.....	51
Tabela 10 - Índice de concentração de Herfindhal-Hirschman (Hhi) dos deputados estaduais entrevistados – 2010.....	76
Tabela 11 - Índice de concentração de Herfindhal-Hirschman (Hhi) dos deputados estaduais entrevistados – 2014.....	76
Tabela 12 - Índice de concentração de Herfindhal-Hirschman (Hhi) dos deputados estaduais entrevistados – 2018.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
HHi	Índice de concentração de Herfindhal-Hirschman
CD	Câmara dos Deputados
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
ALES	Assembléia Legislativa do Espírito Santo
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
PDT	Partido Democrático Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	AMBIÇÃO POLÍTICA.....	18
1.1	Fundamentos da ambição política.....	18
1.2	Tipos de ambição.....	19
1.3	Hierarquia na ambição.....	20
1.4	Contexto institucional da ambição.....	22
1.5	Ambição política no Brasil.....	23
1.6	Sistema federalista brasileiro e ambição política.....	25
1.7	Câmara dos Deputados e ambição política no Brasil.....	28
1.8	Eleições municipais e ambição política.....	30
1.9	Ambição nos legisladores estaduais: o caso do Rio de Janeiro.....	33
1.10	Ambição dos Deputados Estaduais no Brasil.....	34
2	POLÍTICA ESTADUAL NO BRASIL.....	38
2.1	A tradição de estudos estaduais.....	38
2.2	Modelos de decisão e política estadual.....	40
2.3	Críticas à visão tradicional.....	41
2.4	Rio de Janeiro em foco: ALERJ e Governo Estadual.....	43
2.5	Independência ou servidão?.....	45
2.6	Características dos Deputados da ALERJ.....	52
3	A DINÂMICA DA AMBIÇÃO POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO.....	55
3.1	Análise das entrevistas.....	55
3.2	Por que não Deputado Federal?.....	56
3.3	Grupo político.....	60
3.4	Dobradinhas.....	65
3.5	Relação entre dobradinha e grupo político.....	71
3.6	Geografia eleitoral.....	73
	CONCLUSÃO.....	80
	REFERÊNCIAS.....	83

INTRODUÇÃO

Por quais razões alguns Deputados Estaduais do Rio de Janeiro nunca tentaram se lançar candidatos a outros cargos depois de conquistarem uma cadeira na ALERJ? Essa é a principal questão que essa pesquisa se propõe a investigar. Entretanto, antes de esclarecer o que essa pesquisa é, precisa ser compreendido o que ela não é. Essa pesquisa não busca uma teoria geral sobre reeleição no Rio de Janeiro. A dissertação, tampouco, busca abarcar todos os elementos que explicam a ambição estática por parte de alguns parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A franqueza e responsabilidade para com os limites desse trabalho devem ser irrestritas e absolutas, por isso, cumpre-se esses esclarecimentos iniciais. Busca-se, a partir desse trabalho, chamar a atenção para duas categorias que são compreendidas como importantes para explicar a ambição política dos parlamentares no Rio de Janeiro: grupo político e dobradinha. A literatura sobre o tema não aborda esses dois conceitos e o objetivo deste trabalho é mostrar que eles importam para o debate e para a compreensão geral da ambição. Não há intenção de revolucionar a maneira como se vê ambição política no Brasil. Busca-se, de forma clara e transparente, argumentar que existem categorias que precisam ser levadas em consideração ao discutir sobre o tema, mas que até então, foram ignoradas.

O desenho de pesquisa escolhido foi misto. Por discutir reeleição, buscou-se analisar números totais de votos e dados coletados a partir de entrevistas. Os números referentes ao quantitativo total de votos serão utilizados por meio de estatística descritiva de variáveis que se relacionam com a atividade político-eleitoral dos parlamentares. O desenho de pesquisa amplo permite a complementaridade entre as técnicas. Enquanto o número de votos está preocupado com geografia eleitoral, os dados coletados nas entrevistas estão preocupados com a construção das categorias “dobradinha” e “grupo político”, categorias que não são possíveis de serem observadas nos dados crus. Contudo, cumpre esclarecer o princípio originário desta dissertação: um estudo de caso. Esse trabalho não possui uma análise longa e longitudinal de um grande período de tempo, tampouco um grande número de atores. Trata-se, pois, de um estudo de caso sobre Deputados Estaduais da 12ª legislatura (2019-2022) que estão na casa há, pelo menos, 3 legislaturas. Esse recorte totaliza um universo de 17 Deputados Estaduais – conforme a tabela abaixo. Para além do objeto em si, a opção pelo Rio de Janeiro também configura um estudo de caso. Foi uma escolha deliberada não realizar a comparação, pelo menos nessa dissertação de mestrado, com outros estados da federação. Nicholson-Crotty e Meier (2002), afirmam que estudos de caso são importantes, pois possuem condições de aprofundar conceitos chaves para

uma discussão mais abrangente, justamente o que essa dissertação pretende realizar.

Tabela 1 - Relação de Deputados Estaduais elegíveis para a pesquisa.

Nome	Ano de entrada na ALERJ	Número de mandatos
Lucinha	2010	3
Samuel Malafaia	2002	5
André Corrêa	1998	6
Gustavo Tutuca	2010	3
Luiz Paulo Corrêa da Rocha	2002	5
Márcio Pacheco	2010	3
André Ceciliano	2010	3
Thiago Pampolha	2010	3
Dionísio Lins	2006	4
Luiz Martins	2010	3
Carlos Minc	1986	9
Marcos Vinícius “Neskau”	2008	4
Coronel Jairo	2002	5
Bebeto	2010	3
Marcos Abrahão	2006	4
Chiquinho da Mangueira	2002	5
Enfermeira Rejane	2010	3

Fonte: O autor, 2022.

Dos 17 nomes listados acima, 6 concederam entrevista para essa pesquisa e compartilharam as razões pelas quais sempre se candidataram ao cargo de Deputado Estadual.

As entrevistas abertas têm um potencial de esclarecimento o qual permite um direcionamento maior para o objeto investigado. Não obstante, as entrevistas, por si só, até permitem compreender melhor as categorias defendidas neste trabalho de grupo político e dobradinha. Contudo, há outras variáveis que importam, mas só podem ser vistas a partir de dados observacionais. A geografia eleitoral que, juntamente com as entrevistas realizadas, completam um cenário investigativo interessante sobre ambição política no de alguns desses parlamentares no Rio de Janeiro. Ao fim e ao cabo essa pesquisa tem como hipótese central a seguinte afirmação: alguns parlamentares da ALERJ tentam consecutivamente a reeleição pois não reúnem condições políticas capazes de “subir” na hierarquia do federalismo brasileiro. O quadro abaixo exemplifica o desdobramento dessa hipótese geral. Essas condições de subida

são as variáveis deste trabalho¹. Nesse sentido, minha variável dependente é a reeleição, enquanto que minhas variáveis independentes, isto é, que explicam porque a reeleição é um caminho tão comum, são: grupo político, dobradinha e geografia eleitoral. Enquanto as duas primeiras são de origem qualitativa, a outra é de origem quantitativa, conforme quadro abaixo.

Tabela 2 - Quadro de variáveis.

Variável dependente	Reeleição indefinida de Deputados Estaduais
Variáveis independentes quantitativas	1. Geografia eleitoral – Índice de concentração de Herfindhal-Hirschman (HHi)
Variáveis independentes qualitativas	1. Grupo político 2. Dobradinha

Fonte: O autor, 2022.

Tabela 3 - Quadro de hipóteses.

Hipótese Investigativa 1	Os deputados estaduais em questão buscam a reeleição pois possuem uma geografia eleitoral com alta concentração, fato que mostra uma dificuldade de expandir seu eleitorado para cargos mais altos.
Hipótese Investigativa 2	Os deputados estaduais em questão buscam a reeleição, pois fazem parte de um grupo político que já possui uma liderança em um cargo superior, sobretudo Deputados Federais.
Hipótese Investigativa 3	Os deputados estaduais em questão buscam a reeleição, pois são importantes minimizadores de incertezas no que tange a transferência de votos para Deputados Federais por meio da dobradinha.

Fonte: O autor, 2022.

Para explicar cada uma das variáveis independentes e clarificar as hipóteses, cumpre esclarecer quais as definições dadas as duas categorias de dados qualitativos. A noção de grupo

¹ Reconheço, naturalmente, que as variáveis selecionadas não reúnem condições suficientes para explicar a totalidade. Porém, são fragmentos importantes que geram pontos de análise necessários sobre a ambição política no Rio de Janeiro.

político abarca elementos para além do momento eleitoral. Grupo político se trata de um coletivo de indivíduos que possuem uma atividade política comum e que ocupam espaços de poder no sistema decisório. Há, geralmente, grupos políticos que possuem parlamentares eleitos para diferentes instâncias do federalismo brasileiro. Essa categoria perpassa o período eleitoral, pois há uma continuidade não só da relação, mas também profissional. O grupo político defende pautas conjuntas e possui uma organização hierárquica e sistematizada de interesses em comum. Um grupo político não é equivalente a um partido político. Em um mesmo partido podem existir diferentes grupos políticos ligados a personagens que disputam poder dentro dessa organização bem como um mesmo grupo político pode estar em mais de um partido². Há, naturalmente, disputas internas de poder dentro desse sistema. Porém, os laços estabelecidos são muito mais sólidos e perpassam diversas eleições no decorrer do tempo. Por conta disso, há uma espécie de “fila informal” no que diz respeito à disputa de cargos eletivos. Por exemplo, se um Deputado Estadual X pertence a um grupo político que já possui um Deputado Federal, ele tem algumas opções: (i) manter-se como Deputado Estadual, (ii) esperar o Deputado Federal concorrer a um outro cargo superior e vir a Deputado Federal em seu lugar, (iii) romper com esse grupo e se lançar candidato a federal mesmo assim. Nesses casos elencados acima, a terceira opção é a que apresenta o maior risco político para um parlamentar. Com isso, a fim de minimizar os riscos, a primeira opção vira um seguro para esse político, pois além de possuir um mandato, tem a garantia de um apoio forte de um grupo político.

O conceito de “dobradinha”, por sua vez, é nativo e foi observado nas entrevistas realizadas. “Dobradinha” se trata de uma aliança eleitoral feita entre candidatos a deputado estadual e a deputado federal cujo objetivo é a transferência de votos. Nessa aliança, há uma divulgação mútua entre esses candidatos. Essa divulgação pode se dar a partir de uma aliança programática – ou não. O funcionamento dessa aliança envolve produção de material de campanha conjunto, divisão – ou não – de custos e participação conjunta em reuniões. Além disso, essa “dobradinha” pode ser tanto territorial – a aliança fica circunscrita a um território (bairro, cidade, rua) ou temática – somente na pauta da liberdade religiosa, por exemplo.

Dobradinha não é, pois, uma aliança eleitoral fixa. Não é porque um candidato a Deputado Federal dobrou com um candidato a Deputado Estadual na eleição x que essa aliança permanecerá depois da eleição ou em uma eleição seguinte. A dobradinha tem um caráter essencialmente eleitoral, circunscrita aos 45 dias de campanha. Após esse período, não há dobradinha. Com isso, Deputados Estaduais que já possuem mandatos consolidados com uma

²A possibilidade de um mesmo grupo político ocupar diferentes partidos é o elemento que diferencia o conceito “grupo político” de “facção”.

geografia eleitoral previsível são atores que diminuem a incerteza para a transferência de voto, elemento fundamental da dobradinha. Se um Deputado Estadual Y possui um histórico de boa votação em uma região da cidade, um candidato a Deputado Federal que possui o seu apoio tem uma base mínima de votos esperados por conta dessa aliança. Deputados Estaduais de muitos mandatos – justamente os casos observados por essa pesquisa – são vistos, então, como atores que diminuem a incerteza eleitoral para candidatos a Deputado Federal.

As categorias grupo político e dobradinha não possuem a atenção necessária na atual literatura sobre ambição política no Rio de Janeiro. Esse trabalho pretende mostrar que, ainda que não possuam capacidade de explicar tudo, essas duas categorias são importantes para se observar a ambição política e merecem estar no debate acadêmico a respeito do tema. A escolha pelo Rio de Janeiro também precisa ser esclarecida. Há, sobretudo no IESP, uma tradição de estudos voltados para o estado. Eli Diniz (1982) inaugurou essa tradição com seu trabalho sobre máquina política no Governo Chagas Freitas (MDB) no Rio de Janeiro. Ao destacar um estilo específico de se fazer política, Diniz (1982) já chamava atenção para a necessidade de se observar um modelo único de política que foi proveniente do Rio de Janeiro pós-fusão de 1975.

As variáveis observacionais também auxiliam a composição do quadro sobre o tema deste trabalho. A geografia eleitoral, por sua vez, funciona como uma faca de dois gumes. À medida que um Deputado Estadual possui um trabalho reconhecido em uma região do estado – ou da cidade –, ele possui um minimizador de incertezas. Ora, se há pelo menos 3 eleições esse Deputado tem um quantitativo de votos próximo nessa região, espera-se que o padrão se mantenha com o decorrer dos anos. Ao mesmo tempo em que isso garante uma base para ele, essa situação pode gerar uma espécie de limitador político para sua carreira. Caso determinado político tenha fronteiras bem estabelecidas, pode existir uma dificuldade de expansão e, conseqüentemente, uma dificuldade em tentar cargos maiores. Ao fim e ao cabo: Deputados com maior concentração de votos possuem menos condições de se candidatarem a cargos maiores na estrutura do federalismo brasileiro. Barry Ames (2003), em sua obra intitulada “Os entraves da Democracia no Brasil” utiliza dois índices medidores de concentração eleitoral. Ao iniciar o tema na política brasileira, o autor utiliza como referencial quantitativo o índice de Índice de Concentração de Herfindhal-Hirschman (HHi). Esse índice permite, para Ames (2003), verificar o grau de relação entre o eleitorado e com o parlamentar, bem como seu impacto em políticas públicas. Por isso, utilizamos o HHi como base referencial para a parte quantitativa.

Além disso, há dois eixos principais que justificam a elaboração desta pesquisa: social e intelectual. Do ponto de vista social, argumenta-se a relevância da mesma no cenário político

e social dos atores que a compõem, e do ponto de vista intelectual, o potencial de diálogo com diversos atores da academia de ciências sociais no Brasil. No primeiro eixo, é preciso considerar que a pesquisa se propõe a estudar um seleto grupo de atores políticos – deputados estaduais do Rio de Janeiro – os quais são responsáveis por uma série de escolhas que influenciam diretamente em suas carreiras profissionais. Essas escolhas são cruciais, pois muito além da carreira política desses deputados, eles pautam sua atuação – isto é, suas bandeiras e políticas públicas defendidas – de acordo com um planejamento de carreira. Ao fim e ao cabo, afirmo que estudar a ambição política desses atores é relevante, pois ela influencia diretamente em sua forma de atuação como parlamentar e faz com que haja defesa de certas políticas públicas em virtude disso. A ambição política fluminense pode ser compreendida como um reflexo e/ou um indicador – positivo ou negativo – da formulação e das escolhas de políticas públicas no estado do Rio de Janeiro. Esse elemento, por si só, já seria suficiente para justificar, do ponto de vista social, a pesquisa que se pretende realizar. No entanto, há ainda o elemento intelectual. Há um considerável número de estudos sobre o tema da ambição política no Brasil (Samuels, 2003; Rennó e Pereira, 2003; Borchert, 2009, Corrêa, 2016). Porém, a maior parte dela se concentra em estudos voltados a deputados federais e, especificamente, sobre reeleição.

Nesse sentido, essa dissertação se divide em outros 4 grandes blocos para além desta introdução. No capítulo 1, serão discutidos elementos referentes à literatura de ambição política. Desde o trabalho inaugural de Schlesinger (1966) a trabalhos mais recentes como o de Corrêa (2016), são debatidos os conceitos de estrutura de oportunidades e trajetórias de carreiras políticas no Brasil e no mundo. Verificou-se, além disso, a falta de trabalhos voltados à ambição política de Deputados Estaduais ao redor do Brasil, lacuna a qual essa dissertação busca colaborar para que seja preenchida. No capítulo seguinte, há um amplo debate sobre política estadual no Brasil. Pela escolha do recorte da pesquisa estar voltada para o Estado do Rio de Janeiro, fez-se necessário discutir não somente os pressupostos gerais da relação entre executivo-legislativo nos estados brasileiros a partir da tese originária de Abrucio (1998) até as discussões estaduais trazidas no livro organizado por Santos (2001), mas também como a especificidade da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, tendo como principal ponto de disputa a noção de autonomia legislativa (Eli Diniz, 1982; Graça, 2014 e Gershon, 2017). No terceiro capítulo, há a discussão empírica. Tanto pelas análises das entrevistas quanto pela análise dos dados observacionais, esse capítulo representa o esforço de pesquisa desta dissertação em evidenciar as categorias de grupo político e dobradinha como elementos nativos importantes para se pensar a ambição política no Brasil. Por fim, a conclusão realiza um apanhado geral a respeito dos temas discutidos nesta presente dissertação.

1 AMBIÇÃO POLÍTICA

1.1 Fundamentos da ambição política

Desde o início da década de 1960, estudos sobre ambição política encontram-se cada vez mais frequentes na literatura da ciência política mundial. O trabalho marcante de Schlesinger (1966) foi um momento teórico importante para o tema. Nesta obra inaugural do campo, o autor discutiu, a partir de dados empíricos observacionais, a trajetória das carreiras políticas de deputados estadunidenses. Segundo ele, “a ambição política está no centro da política” (Schlesinger, 1966).

Com isso, o autor busca colocar como ponto central de análise do comportamento político o interesse egoístico dos parlamentares (Corrêa, 2016). A discussão de Schlesinger (1966) sobre a ambição possui origem no debate sobre partidos políticos como Schumpeter (1942) e Downs (1999). Ou seja, à medida que esses autores anteriores argumentam que os partidos ambicionam governar, a teoria da ambição política – cercada do individualismo metodológico próprio da teoria da escolha racional – seria um desdobramento dessa temática.

Dessa maneira, há um elemento de enfoque importante. Nesse momento, com o início da discussão sobre ambição política, há um foco específico em um agente que é central para o entendimento do processo decisório em qualquer país: o próprio político. Entender os mecanismos que são responsáveis por sua ação – mais do que a ação parlamentar dentro de comissões e do plenário – no campo eleitoral, é fundamental para compreender incentivos que esses atores possuem para escolherem – dentro de uma estrutura de oportunidades específicas – um caminho de carreira.

Em face disso, vê-se um campo de estudos que busca analisar as decisões dos políticos e de que forma essas decisões levam em conta suas ambições pessoais de carreira. Estudar ambição política é compreender, em essência, os mecanismos de riscos diante de incertos ganhos. Quando um político opta por concorrer a um cargo mais alto, ele assume uma postura de tomador de riscos, e essa chave de análise, é o ponto de partida dos estudos sobre ambição política.

Naturalmente, a ambição política não possui a condição de explicar tudo. Os políticos possuem, de acordo com Schlesinger (1966), duas condições que devem ser levadas em consideração: (i) normalmente, possuem uma ocupação privada, ou seja, uma outra fonte de

renda; e (ii) a carreira política pode acabar, isto é, ele pode perder uma eleição e deixar de ter mandato. Dessa maneira, a partir dessas circunstâncias, os políticos podem mudar sua percepção sobre ambição de carreira.

1.2 Tipos de ambição

Nesse sentido, Schlesinger (1966) observou que existem alguns tipos de ambição e os dividiu em categorias diferentes – que variam de acordo com a direção do incumbente: discreta, estática e progressiva. A ambição discreta se trata do modelo em que um político exerce um cargo específico e, posteriormente, não se candidata mais. Isto é, retira-se do jogo. A estática, analisada neste trabalho, refere-se ao político que se candidata a um mesmo cargo de forma ininterrupta, enquanto que a progressiva se trata de um político que, apesar de já possuir um mandato, busca eleger-se para outro cargo mais atrativo, dentro de um cálculo individual.

É importante realizar um esclarecimento com relação a ambição estática: a postura do tomador de risco não pode ser circunscrita a um determinado *modus operandi* de carreira – isto é, só é tomador de risco aquele que possui ambição progressiva. No caso do objeto deste presente trabalho, por exemplo, o político que opta por manter-se na ALERJ por anos possui um risco eleitoral igualmente razoável. À medida que boa parte dos políticos encontra-se em movimento em virtude das possibilidades que o federalismo brasileiro proporciona, manter-se em um mesmo ambiente político por muitos anos requer acurácia para entender as mudanças e acompanhá-las de forma saudável. Os mandatários que não conseguem acompanhar as mudanças políticas – em termos de divisão de espaços de poder, partidos e preferências eleitorais –, encontram-se vulneráveis, ainda que já possuam muitos mandatos na casa.

Essas categorias de ambição, entretanto, não podem ser compreendidas como mera exemplificação da vontade de determinados indivíduos. Ou seja, não é porque um indivíduo quer – com exceção da ambição discreta – que ele de fato irá manifestar uma ambição. Logo, a variável vontade individual, embora relevante, não pode ser entendida como ponto chave dessa análise da ambição política. Não se estuda o desejo dos políticos. Todos têm o desejo de crescer na hierarquia política – independente do país. Por isso, o eixo de análise para o campo são as estruturas de oportunidade que possibilitam – ou não – que esse desejo se manifeste. Em termos mais claros, trata-se do conjunto de fatores políticos e sociais que possibilitam os quais moldam preferências da classe política de um determinado país (Rohde, 1979).

1.3 Hierarquia na ambição

Há, portanto, um estabelecimento de hierarquia em termos de cargos nos países federalistas. No Brasil, por exemplo, espera-se que um político, em uma escala de hierarquia de preferências, prefira ser Senador a Vereador e ser Vereador a não ter mandato. Nesse sentido, os estudos clássicos da teoria da escolha racional são basilares nesse campo da ambição política. Dessa forma, ao estabelecer hierarquia sobre cargos, considera-se que os políticos são atores racionais e querem maximizar sua utilidade – cargos - (Rohde, 1979). Por conta disso, observam as condições institucionais do momento e as oportunidades políticas e são essas condições que necessariamente moldam as opções de carreiras desses políticos. Portanto, a questão chave para esse debate se refere à estrutura de oportunidades. Dessa forma, essa circunstância torna o objeto um tema próprio da ciência política, pois ele encontra-se diretamente relacionado com os arranjos institucionais de um país (Corrêa, 2016).

Um exemplo característico no que diz respeito a como o arranjo institucional de um país molda a ambição política de um parlamentar é o caso do federalismo brasileiro. Há, conforme conhecimento público, eleições no país de 2 em 2 anos. Um vereador, por exemplo, pode ser candidato a Deputado Estadual, Deputado Federal, Presidente, Senador ou Governador sem perder o seu mandato original, bem como os políticos dessas categorias podem ser candidatos a Prefeito ou Vereador – ainda que a segunda opção não seja verossímil – sem risco de perda de mandato. Essa regra, por exemplo, faz com que um político tenha muito mais incentivo para tomar a decisão de se candidatar a uma eleição, pois o mandato dele não corre riscos.

Exemplos como estes ilustram uma discussão basilar sobre a relação entre riscos e ganhos. Nesse aspecto, entende-se que um político faz uma espécie de “cálculo racional” para determinar se uma futura ação poderia lhe render uma utilidade marginal alta ou baixa. Dessa maneira, a partir desse cálculo individual, ele decide se assume uma postura de “tomador de riscos” ou se adota uma posição mais conservadora – ou por razões diversas, opta por não ser mais um player e se retira do jogo político. Quanto maior forem os riscos, menor a chance de um ator concorrer. O caso do federalismo brasileiro proporciona uma janela de oportunidades de uma eleição não casada para que essa tomada de risco se manifeste.

Rohde (1979), não obstante, propõe uma visão complementar a de Schlesinger (1966). O autor parte do seguinte pressuposto: se um político pudesse ter uma ambição progressiva

independente dos custos – ou seja, se ele recebesse uma oferta para ter um cargo mais alto e sem riscos – ele certamente aceitaria. Com isso, o autor afirma que a escolha pela ambição estática não é uma opção a priori, e sim uma manifestação de um comportamento que depende das estruturas de oportunidades (Rohde, 1979). Isto é, um político que busca de forma ininterrupta a reeleição, não possui como motivação somente o desejo de se manter nesse cargo, mas uma dificuldade que ele encontra de “subir” na hierarquia. Por isso, Rohde afirma que se esse político pudesse “subir” sem custos, ele aceitaria, pois a ambição é natural da política.

Esse ponto do autor, em específico, é importante para análise deste trabalho. É um pressuposto da literatura que todo político deseja subir na hierarquia, pois o seu foco é sempre ter mais poder. Entretanto, a literatura geral associa um aumento na hierarquia política institucional a um ganho de poder. É possível que existam deputados estaduais mais poderosos do que deputados federais. Nesse sentido, a ambição estática poderia ser uma forma de consolidar poder em uma esfera – a estadual, no caso analisado neste trabalho – por ser um espaço mais propício à zona de influência de determinado parlamentar. Não necessariamente um político carrega seu prestígio (entre pares) estadual – nem seu poder – quando transporta a outro nível. Ou seja, entende-se, contrariamente a Rohde, que a ambição estática pode ser uma opção a priori.

Nesse sentido, a partir dos pressupostos elencados, o autor faz uma análise detalhada do caso americano e de como o modelo federativo e a divisão de cargos por atratividade pode variar dentro do próprio sistema político – o caso de governadores com mandato de 2 anos, por exemplo. Rohde (1979) destaca pontos importantes de análise. Segundo o autor, existem três elementos principais que determinam – a partir da estrutura de oportunidades – a escolha de carreira dos políticos americanos: (i) maior duração de mandato – imagina-se que os políticos buscam cargos que possam ser manter por mais tempo; (ii): menor vulnerabilidade eleitoral – alguns cargos, segundo o autor, são mais fáceis de conseguir a reeleição; (iii): perspectivas de carreiras em um cargo.

A partir desses pontos de análise, as principais conclusões dele, de acordo com o sistema político americano, são: (i) entre os deputados, é esperado que eles concorram mais ao Senado que ao Governo Estadual³; (ii) aqueles deputados que aceitam a empreitada de concorrer ao

³Essa escolha, segundo ele, se dá justamente pela maior duração de mandato. Enquanto que o mandato de Deputado é de 2 anos, o de Senador é de 6 anos. Dessa forma, apesar das possibilidade de promoção de políticas públicas do executivo estadual, ao considerar o tempo de mandato, espera-se que os deputados façam esse movimento. Há, inclusive, casos de estados americanos com mandatos de 2 anos, fato que diminui ainda mais a atração. Ou seja, os governos estaduais também possuem características de atração diferentes entre si.

governo, tendem a optar por concorrer nos estados em que o mandato de Governador é de 4 e não de 2 anos; (iii) entre os deputados, aumenta-se a probabilidade de concorrer a um cargo superior caso não exista um postulante em busca da reeleição.

Além das contribuições de Rohde (1979), Black (1972) contribui para a discussão a partir da criação de modelos matemáticos para o tema. De acordo com ele, um incumbente pensa em duas perspectivas na hora de avaliar sua ambição: (i): quando o benefício de obter o cargo é maior que o custo de obtenção, e (ii): quando a utilidade de obtenção for maior que outra aplicação de recursos (Corrêa, 2016). Na seção analítica desta dissertação, analisaremos sob o ponto de vista do autor a relação entre aplicação de recursos financeiros para candidaturas de Deputados Estaduais e outros cargos. Isto é, quanto um Deputado Eleito gasta, em média, para a vitória e quanto é gasto, em média, nos outros cargos. De acordo com esse modelo de análise, Black (1972) mostra que, quanto mais competitivo for a obtenção de um cargo, maior é a tendência de empenho dos postulantes.

Dessa maneira, a medida que existe um custo nada trivial para a efetivação de uma vitória em casos de ambição progressiva, o político “pensa duas vezes” antes de tomar essa decisão. Pois, como mostra Black (1972), ele entende os riscos e precisa saber se existe alguma viabilidade real em sua ambição – isso inibe aventuras. Outro ponto de análise importante no trabalho de Black (1972) se refere a diferenciação entre ambições políticas em cidades grandes e pequenas. De acordo com o autor – o qual também considera que a ambição política é moldada a partir das estruturas de oportunidade – quanto maior é a cidade, espera-se que maior seja a competição política – pois há mais candidatos. Nesse sentido, quanto maior é a competição política, maior é a necessidade de alocação de recursos para obter o cargo (Black, 1972). Com isso, os políticos realizam cálculos de utilidade a fim de tomar a decisão de aceitar o risco de um cargo maior ou outra alternativa.

1.4 Contexto institucional da ambição

Para além das contribuições constitutivas no campo de Schlesinger (1966), Rohde (1979) e Black (1972), há outras discussões mais atuais que compõem elementos basilares da ambição política. Borchert (2011), por exemplo, defende que os políticos se movem no passar do tempo em diferentes hierarquias profissionais que dependem do contexto institucional do tempo. Os critérios para a decisão, segundo ele, são os da atratividade, disponibilidade e acessibilidade. A

partir desses critérios, os políticos – atores racionais – desenvolvem sua ambição em um cenário de estrutura de oportunidades específico. Dessa maneira, quando discute-se atratividade, fala-se de remuneração, por exemplo. Isto é, um indivíduo que possui um cargo eletivo pode querer subir na hierarquia política por conta de um incentivo financeiro – um Deputado Federal, por exemplo ganha mais que um Vereador no Brasil. Não obstante, o ganho não se limita ao aspecto financeiro. Há também uma perspectiva de reconhecimento e status, o qual o indivíduo adquire à medida que seu poder na hierarquia política aumenta.

Além da remuneração, outro ponto chave para o entendimento é a sustentabilidade da carreira (Borchert, 2011). Em termos práticos, a sustentabilidade da carreira se trata da possibilidade do político se manter de forma a minimizar os riscos naquele cargo. Por exemplo, um indivíduo pode vencer uma eleição de Deputado Federal – por uma pequena margem e por condições políticas bastante específicas – e não ter a segurança de que sua reeleição será “mais fácil”. Trata-se, portanto, de uma minimização – ela não poderá ser eliminada, pois faz parte do processo democrático – dos riscos de perder o cargo. O caso dos Deputados Estaduais de muitos mandatos, entretanto, foge dessa lógica de minimização. Conforme já colocado anteriormente, reafirmar-se como um quadro do legislativo – isto é, um quadro não promotor de políticas públicas – envolve assumir um risco de ter concorrentes os quais possuem acesso a uma máquina política em que um parlamentar pode não possuir. Portanto, mais uma vez, é importante esclarecer que esse trabalho não estabelece um sinônimo entre reeleições consecutivas e minimização de riscos.

Ademais, na teoria de Borchert (2011) o fator da acessibilidade é importante. Essa discussão será muito importante para este trabalho, pois é a partir disso que podemos debater em que medida as estruturas de oportunidades presentes no Rio de Janeiro são acessíveis ou não para a emergência de novos atores e a transformação de hierarquia política. Borchert (2011) discute que se um indivíduo tenta a reeleição – sobretudo em países em que o sistema eleitoral é o distrital puro – o desafiante possui menos incentivos para concorrer⁴. O trabalho de Borchert (2011) é muito importante, pois fornece uma análise criteriosa sobre a noção de estruturas de oportunidades de carreira. De acordo com o autor, a noção de estrutura de oportunidades depende de: (i): estrutura do estado – sobretudo os casos de sistemas federativos (Corrêa, 2016); (ii): institucionalização dos cargos; (iii): sistema eleitoral – existem sistemas em que a ambição pode ser mais facilmente manifestada que em outros, como a comparação entre o sistema de

⁴Viu-se, no entanto, de acordo com os exemplos de Rohde (1979) que isso não se aplica a Governadores em alguns casos eleitorais específicos. Essas idiossincrasias que diferenciam os cargos são pontos importantes deste trabalho.

lista aberta e o distrital puro -; (iv): forma de seleção e andamento campanhas de candidatos. Esses critérios serão fundamentais para a análise comparativa estadual posterior a qual este trabalho realizará.

1.5 Ambição política no Brasil

Esses achados são de extrema importância para a comparação posterior do caso brasileiro (Samuels, 2003). O ponto da reeleição chama a atenção, pois mostra que, de acordo com o caso americano – algo que difere do caso brasileiro – o desafiante possui uma dificuldade maior em competir com aquele que já é um atual mandatário. Além disso, o ponto referente a atratividade do executivo também chama a atenção. Por conta do modelo do federalismo brasileiro, os executivos (sobretudo os municipais) são cargos com alta atratividade no Brasil. Em virtude da possibilidade de implementação de políticas públicas, nomeações e com isso, ganhos eleitorais mais imediatos, o poder de atração é alto. Evidentemente, não há cargos executivos com mandato de 2 anos no Brasil, mas essa diferença ainda chama a atenção.

Não obstante, outro fator importante se trata da peculiaridade do modelo político americano. A força do bipartidarismo associado a junção de estados “mais democratas” ou “mais republicanos” é um fator central para a construção de carreiras dos políticos. No Brasil, contudo, há um cenário de alta fragmentação partidária (Nicolau, 2006) que contribui para mudanças nas estratégias de carreiras de deputados. A estratégia dos postulantes pode mudar a partir do partido o qual ocupam. Por exemplo, se um deputado do partido X almeja ser candidato ao Senado Federal e o seu partido X não fornece a legenda, ela tem condições de buscar outra agremiação para levar a cabo esse desejo – ele possui, inclusive, um tempo para isso, a janela de transferências partidárias, que são o termômetro das ambições políticas no país para os mandatários.

Outro fator relevante nessa diferença se dá na magnitude dos distritos eleitorais. No Brasil, a magnitude dos distritos é sempre superior a um, enquanto nos EUA é sempre uninominal. Essa mudança de magnitude dos distritos é extremamente importante para o cálculo eleitoral dos postulantes. Na realidade, muitos trabalhos versam sobre as diferenças na ambição política entre EUA e Brasil. Entretanto, há trabalhos que defendem uma certa impossibilidade de analisar de forma comparativa os casos brasileiro e americano (Santos e Pegurier, 2009). Este trabalho, contudo, faz referência ao caso americano somente pelo fato de

se tratar de uma espécie de “mito de origem” da noção de ambição política, conforme conhecida nos dias atuais, não em busca de uma análise comparativa.

Feita essa breve nota com relação ao caso americano, voltemos ao caso brasileiro. Samuels (2003) fez um longo estudo sobre o caso da ambição dos políticos brasileiros. O principal argumento do autor se refere ao fato de que os políticos brasileiros não possuem incentivos para se manterem no corpo legislativo. Dessa maneira, os políticos mais “capazes” optam pelo caminho do executivo, por conta do arranjo institucional brasileiro e pelo fato da possibilidade de promoção de políticas públicas de forma mais abrangente.

O ponto de partida da teoria de Samuels (2003) se dá a partir da compreensão do federalismo brasileiro. Como mostra o autor, há uma série de oportunidades para a promoção de diferentes tipos de carreiras políticas no país. Isso ocorre em virtude dos diferentes níveis da federação que o modelo político brasileiro possui. Ao fim e ao cabo, conforme defende Santos e Pegurier (2009), a combinação entre esse sistema federalista associado a um presidencialismo juntamente com uma votação proporcional em lista aberta para cargos legislativos fornece um sistema complexo de oportunidades para os agentes políticos. Desse ponto de vista, conforme coloca Borchert (2011), há um forte incentivo de movimentação dentro desse sistema complexo e instável.

A análise de Samuels (2003) considera esse cenário e defende que o principal tipo de ambição política observada a partir do caso brasileiro se dá de forma progressiva. Nesse sentido, os deputados menos “capazes” são aqueles que buscam a reeleição, pois são mais frágeis eleitoralmente. As categorias de mais ou menos capazes são naturalmente problemáticas, pois atribuem um tipo de juízo de valor à qualidade de um parlamentar. Entretanto, boa parte da contribuição do trabalho de Samuels (2000), encontra-se na evidência de que a rotatividade de cargos é alta no país. Segundo o autor, é esperado que os políticos brasileiros possuam uma ambição progressiva voltada às carreiras nos executivos municipais. Dessa maneira, assim como a literatura estrangeira faz, estima-se uma ordem de preferência hierárquica: Presidente > Governador > Prefeito > Senador > Deputado Federal > Deputado Estadual > Vereador.

Com isso, os cargos executivos são os mais visados por dois motivos principais: em virtude da constituição federal ter estabelecido um papel importante para os municípios na promoção de políticas públicas – em diálogo com os estados –, os executivos subnacionais ganharam muito destaque político. Ora, na linguagem dos mandatários, políticas públicas são, na prática, “capacidade de entrega”, a qual pode ser revertida em ganhos eleitorais. O segundo motivo é que os executivos são, em geral, grandes espaços políticos para a realização de nomeações de cargos de confiança. Cabos eleitorais e apoios políticos são mais fáceis de alocar

politicamente em locais em que o parlamentar possui o controle do executivo. Dessa forma, além da promoção de políticas públicas, há um grande espaço para realização de nomeações políticas, novamente voltadas para fins eleitorais – ou até mesmo fins de gestão de coalizão. Nesse sentido, esses dois elementos mostram que o poder de atração de cargos executivos é, em especial no caso brasileiro, forte.

1.6 Sistema federalista brasileiro e ambição política

A premissa de Samuels (2003) é, pois, que a Câmara dos Deputados seria um espaço de passagem para os políticos, pois estes visam efetivamente adquirir cargos maiores na escala federativa brasileira. Do ponto de vista teórico, a premissa de Samuels (2003) faz sentido. É razoável supor que um político queira ter um maior poder na escala federativa com a possibilidade de definir orçamento e implementar uma agenda de políticas públicas com as quais ele acredita e supõe que pode render dividendos eleitorais a ele. Entretanto, apesar do sentido teórico, os dados não mostram isso. Apesar dessa atratividade, boa parte dos estudos sobre carreiras políticas no Brasil nos mostram como a reeleição é parte estruturante do sistema político, sobretudo na Câmara dos Deputados.

Rennó e Pereira (2007), discutem o caso da reeleição no Brasil a partir da eleição de 1998, em que observaram a manifestação de uma ambição estática por parte de grupos políticos específicos. Os autores buscam criar uma teoria geral sobre a reeleição no Brasil ao considerar a Câmara dos Deputados como objeto de análise importante para o sistema político. Rennó e Pereira (2007) nos mostram que a proximidade com o poder executivo nacional, associado a um mecanismo de transferência de recursos é um elemento crucial para a reeleição de parlamentares no Brasil. Para além disso, contrastam de forma empírica a premissa de Samuels (2003) sobre parlamentares no Brasil ao mostrarem que a maior parte dos Deputados Federais no Brasil busca a reeleição. Ao reassumir o pressuposto de Fenno (1973), Mayhew (1974) e Arnold (1990) de que a reeleição orienta as carreiras políticas no país, eles vão diretamente ao encontro da teoria de Samuels (2003).

Não obstante, Rennó e Pereira (2007) também argumentam que, ao pensar em ambição política, é preciso articular outros elementos além da estrutura de oportunidades e das características pessoais de um candidato. É necessário levar em consideração o ano em que a competição eleitoral ocorre. Eles defendem que a proximidade com o executivo – além de já

ser naturalmente importante para a execução das emendas orçamentárias – fica ainda mais crucial nos casos em que esse presidente é candidato à reeleição. Os resultados obtidos pelos autores demonstram, a partir do exemplo de 1998, que a proximidade com o Presidente teve impacto positivo no sucesso da reeleição. Esse resultado, no entanto, não é visto como algo definidor da relação deputado – presidente. Mas, do ponto de vista da execução orçamentária, é um impacto bastante relevante.

Em outro trabalho, Rennó e Pereira (2003) deixam ainda mais clara a discrepância empírica entre a teoria de Samuels (2003) e a realidade brasileira. Segundo os autores, há uma alta proporção de legisladores no Brasil que concorrem à reeleição, sendo uma das mais altas da América Latina. Eles utilizam como base a teoria de Hall e Houweling (1995). De acordo com os autores, existem três elementos os quais são analisados pelo parlamentar ao tomar uma decisão de estratégia de carreira ao se encontrarem em uma eleição: (i): posição e desempenho institucional; (ii): características da vida pessoal; (iii): vulnerabilidade eleitoral. O primeiro elemento, referente a posição e desempenho institucional, encontra-se mais relacionado à forma de atuação do deputado na casa legislativa, isto é, desempenho parlamentar. É esperado que, a partir desse desempenho, existam incentivos que possam facilitar ou não o surgimento de uma ambição progressiva ou estática. O segundo elemento, de origem pessoal, associa-se ao terceiro elemento que pode ser entendido como uma forma de mapear riscos de adversários os quais dificultam uma “subida” do ponto de vista de cargos.

A partir deste debate, Rennó e Pereira (2003) consideram 10 elementos que influenciam nas decisões para deputados tentarem a reeleição: (i): idade; (ii): posições institucionais; (iii): comissões permanentes e especiais; (iv): ideologia; (v): antiguidade; (vi): partido; (vii): dotação orçamentária; (viii): voto na eleição anterior; (ix) concentração eleitoral e, por fim, (x): magnitude do distrito eleitoral. Vamos analisar cada um desses elementos. Para os autores, há uma relação entre aumento de idade e utilidade para a aposentadoria. Além disso, no que diz respeito às posições institucionais, espera-se que parlamentares os quais ocupem cargos de liderança e com maior poder na casa legislativa tendem a buscar a sua reeleição. Nas comissões, entretanto, é uma relação ambígua: quanto maior é a posição de um deputado em uma comissão permanente, maior é o incentivo à reeleição ou a buscar progredir na escala de cargos.

Com a ideologia, por sua vez, espera-se que políticos os quais estejam mais próximos da mediana do congresso tendem a deixar a casa legislativa de forma voluntária. A antiguidade também é outro fator importante, pois o pressuposto dos autores é que quanto mais antigo é o parlamentar, maiores são os incentivos utilitários para permanecer com seu prestígio e poder na casa legislativa. Do ponto de vista partidário, eles esperam que aqueles os quais fazem parte da

base governista busquem mais a reeleição, em virtude da facilidade no acesso aos recursos orçamentários do poder executivo. A concentração eleitoral é um outro elemento importante. De acordo com eles, espera-se que quanto maior for a concentração eleitoral de um parlamentar, menor é a chance dele tentar a reeleição, pois não possui cabedal eleitoral suficiente para a disputa de uma eleição majoritária. Esse elemento encontra-se diretamente ligado ao último, referente ao tamanho dos distritos, pois defendem que quanto maior é o distrito, menor a chance de ambição progressiva, por conta de possuir concorrentes mais fortes.

1.7 Câmara dos Deputados e ambição política no Brasil

Entretanto, não somente Rennó e Pereira (2003) demonstraram fragilidades empíricas no argumento de Samuels (2003). Santos e Pegurier (2011) mostram, também associado a dados observacionais, a incidência de reeleição no Brasil e, mais do que isso: argumentam que a Câmara dos Deputados não é um órgão de passagem na carreira de um político. Na realidade, a carreira na Câmara dos Deputados estrutura as carreiras políticas no país. Em um primeiro momento, os autores parecem concordar com o pressuposto de Samuels (2003). Ao defenderem que a complexidade das estruturas de oportunidades do sistema institucional brasileiro coloca uma alta instabilidade e geram muita movimentação entre os políticos (Borchert, 2011), aproximam-se do pressuposto inicial de Samuels (2003) sobre os incentivos da ambição progressiva no país. Santos e Pegurier (2011), entretanto, mostram como a reeleição ainda é um elemento estrutural no sistema político brasileiro.

Os autores fornecem um elemento analítico interessante sobre a estruturação de debate sobre carreiras políticas no Brasil. De acordo com eles, há duas vertentes principais: (i): aquela que defende a existência de uma “preocupação paroquial” dos políticos e, com isso, os parlamentares tornam a presidência da república refém desses desejos a fim de concretizar suas vontades para garantir o mínimo de governabilidade e previsibilidade em um governo de coalizão. Essa abordagem acredita que os interesses particularistas dos parlamentares são responsáveis pelo caos político do parlamento e pela dificuldade de formação de maiorias, pois isso geraria uma indisciplina por parte desses atores, pois estariam observando interesses particularistas. A segunda vertente, entretanto, defende que o comportamento dos parlamentares é disciplinado e previsível, de modo que há pouco espaço para a ação particularista dos parlamentares. Essas duas vertentes, segundo os autores, são a base da discussão sobre carreiras

políticas no Brasil. Isto é, há os que defendem que o comportamento particularista é importante para pensar carreiras políticas no Brasil, pois a ambição se molda a partir das forças políticas de nível local. Nesse sentido, para progredirem em suas carreiras políticas é preciso atender a interesses locais – particularistas – por meio de ações como parlamentar.

O elemento principal trazido por Santos e Pegurier (2011) - e que se encontra diretamente ligado ao trazido por Pereira e Rennó (2003) - é o fato do Brasil ser um país com uma alta taxa de reeleição. Para além do número frio, eles mostram como a CD estrutura as relações de carreira política no país. Um exemplo disso é a parte em que se analisam os ministros do país. Dos 249 ministros que o país teve entre 1989 e 2000, 35% ocupavam assentos na Câmara dos Deputados. Desses 35%, quase metade era ou líder partidário ou presidente de partido. Esse dado mostra, sob um ponto de análise, como a Câmara dos Deputados é um momento importante para a carreira de um político no Brasil. Essa importância ocorre por conta da organização interna do legislativo brasileiro, do papel das lideranças partidárias, presidentes de comissão e líderes de bancada. Dificilmente, concluem os autores, um político chega a uma posição de destaque no executivo sem passar pela Câmara dos Deputados. Entretanto, não se pode negar que a casa também pode ser vista como um trampolim para a ambição progressiva. Apesar disso, muitos desses parlamentares também voltaram a CD depois dessa passagem no executivo, fato que comprova o caráter estruturante o qual a Câmara possui.

Para além dessa discordância no que se refere ao caráter da Câmara dos Deputados, há um outro debate que transpassa por muitos autores sobre o tema. Santos e Pegurier (2011) defendem que o caso americano não pode servir como base comparativa com o brasileiro. Mais do que a diferença na estrutura de oportunidades, o sistema político brasileiro não impõe limitações a um ramo federativo para o desenvolvimento das carreiras. Além disso, conforme defendem os autores, é uma comparação sem equivalência. Falar sobre carreiras políticas no Brasil só faz sentido a partir de 1946, momento democrático no qual isso foi possível. No caso americano, há uma institucionalização muito maior do tema e, principalmente, do sistema partidário. No Brasil, trata-se de um sistema jovem e um processo o qual ainda se encontra em curso.

Meirelles (2019), vai na direção do trabalho de Santos e Pegurier (2009) e discute sobre o impacto da Câmara dos Deputados na carreira de um político no Brasil. Com a utilização de um método quase experimental, o autor analisa dois tipos de deputados: aqueles que quase venceram e aqueles que quase perderam a eleição. Esse desenho de pesquisa foi utilizado para medir o efeito causal da entrada – ou não – na Câmara dos Deputados para o longo prazo da carreira. Os resultados de Meirelles (2019) mostram que faz diferença para a carreira de um

parlamentar obter um mandato na CD. Ao mesmo tempo que exerce um efeito positivo para os vencedores, aqueles derrotados sofrem o efeito de tenderem a abdicar de concorrer à Câmara dos Deputados e se voltarem a uma competição a nível local. Além disso, também contrariando as premissas alçadas por Samuels (2003), os Deputados vencedores passam a ambicionar mais a reeleição, de modo que gozam de maior probabilidade de terem sucesso nessa empreitada – não sendo sinônimo de facilidade.

O trabalho de Meirelles (2019) reforça a centralidade da Câmara dos Deputados como parte constitutiva da estrutura de carreiras políticas no Brasil, mostrando um caráter diferente daquele fornecido por Samuels (2003). Ademais, há um outro fator de análise importante do paper e que não é visto tão fortemente em outros artigos a respeito do tema: a preocupação com os derrotados. Ao utilizar o desenho de pesquisa quase experimental em que comparava vencedores e perdedores, o autor faz conclusões importantes sobre o papel dos incumbentes a CD derrotados em se tratando de carreiras políticas. O primeiro deles é que há uma mudança de direcionamento. Se, em um primeiro momento, o foco estava na CD, ao ocorrer a derrota, volta-se a uma estratégia local – sobretudo municipal na eleição seguinte. Essa mudança de rota pode ser entendida como uma forma de sobrevivência política do parlamentar. Isto é, voltar-se ao nível local é uma forma de possuir uma estrutura de mandato para permanecer presente na arena política. Além disso, ao comparar os incumbentes derrotados e vencedores, Meirelles (2019) nos mostra que esses dois grupos seguem trajetórias políticas diferentes. Enquanto os primeiros voltam-se ao nível local, os segundos buscam se manter na Câmara dos Deputados, fato que reforça, assim, o padrão da ambição estática.

O eixo de análise de Meirelles, sobretudo por conta do ponto de vista da trajetória de carreira dos derrotados, permite observar outra dimensão importante do campo da ambição política no Brasil: trajetórias que se iniciaram em nível local. O artigo de Lima (2014) é um exemplo interessante desse eixo. Ao analisar a trajetória política de Vereadores do Rio Grande do Sul que se propuseram a ascender na carreira – principalmente, candidatos a Deputado Federal e Deputado Estadual –, o autor busca verificar duas hipóteses: (i): um Vereador se dispõe a concorrer a Deputado quando supõe ter altas chances de vitória; (ii): um fator que aumenta as chances é o tamanho eleitoral do município – quanto maior, mais chances ele tem.

1.8 Eleições municipais e ambição política

Lima (2014) comprova que a hipótese dois, referente ao tamanho eleitoral do município, possui um impacto significativo no caso dos Vereadores que buscam ascender nas suas carreiras políticas. Naturalmente, como era de se imaginar, em um espaço em que há uma maior possibilidade de atração de eleitores – algo que por consequência também gera uma maior concentração de candidatos haja uma maior probabilidade de candidaturas de indivíduos que já possuam mandatos eletivos⁵. Entretanto, uma ressalva é importante no que diz respeito aos resultados encontrados pelo autor: o índice de sucesso – fato que contraria a hipótese 1. Segundo Lima (2014), menos de 10% dos candidatos a Deputado que eram vereadores se elegeram, isto é, há um número maior de vereadores que vem candidato, supondo a possibilidade de não serem eleitos.

Este elemento empírico encontrado na pesquisa de Lima (2014) gera a necessidade de introduzir uma classificação criada por Guarnieri (2004) que diz respeito à categorização de concorrentes nas eleições. De acordo com o autor, é possível traçar quatro tipos de categorias: (i): “super candidato”⁶ - candidato que chega praticamente sozinho no valor do quociente eleitoral; (ii): “bom de voto” - aquele que chega entre 50% e 90% do quociente eleitoral; (iii): “viável” - candidato que consegue alcançar pelo menos 70% do número de votos obtidos pelo candidato que, na eleição anterior, fez a última cadeira do partido e, por fim, (iv): “inviável” - candidato usado para fazer votos para a legenda, mas sem chances de vitória. Essa categorização de Guarnieri (2004) é central para este trabalho, pois servirá como eixo de análise para compreender a seção empírica desta dissertação.

Nesse sentido, Lima (2014) argumenta que, ao categorizar os Vereadores do Rio Grande do Sul que buscam ser Deputados a partir dessa classificação de Guarnieri (2004), não pode-se confirmar a ideia de que a viabilidade eleitoral é o principal requisito para um Vereador ambicionar um cargo de Deputado. Com isso, questiona-se: se a viabilidade eleitoral não entra no cálculo de um Vereador, por quais razões ele busca candidatar-se a um cargo maior?⁷ Edwards (2009) fez essa mesma pergunta voltada para os políticos locais chilenos.

⁵Essa probabilidade decorre de uma espécie de “privilegio de mandato” de um indivíduo que ambiciona uma carreira de deputado. Por já possuir mandato, é razoável supor que esse político conte com uma rede de apoios, estrutura de gabinete, financiamento e apoio partidário mais sólidos se comparados aqueles postulantes os quais não possuem esse mandato. Além disso, como não há risco de perderem a cadeira na vereança em caso de derrota, ainda que o pior dos cenários ocorra, o nível local ainda serve como um “seguro político” para estes parlamentares.

⁶Aqui, pode-se pensar também na categoria de “puxador de votos”. Ao atingir número igual, próximo ou até em alguns casos superiores ao quociente eleitoral, esse tipo de candidato é fundamental para a nominata dos partidos, pois possuem uma condição única de levar consigo outros candidatos de menor potencial de votos.

⁷Essa pergunta faz especial sentido para o caso brasileiro em virtude das circunstâncias eleitorais do país. Participar de uma eleição de forma competitiva exige uma necessidade de recursos financeiros, políticos e

Segundo ele, há uma série de motivações – baseadas em uma escolha racional – pelas quais políticos buscam essa ambição, mesmo que não gozem de viabilidade eleitoral. Algumas delas são: expectativa de aprendizado de uma campanha eleitoral a nível estadual, forma de expandir suas fronteiras eleitorais, colocar-se como um quadro competitivo e importante para o partido⁸, fortalecer sua reeleição, entre outras.

Coloco como destaque importante o fortalecimento da relação com o partido político, elemento fundamental para se pensar nas eleições no Brasil. Nesse sentido, é razoável supor, a partir dos achados empíricos de Lima (2014) e da análise de Edwards (2009), que as eleições podem servir como formas de aproximação entre candidatos – sobretudo Vereadores – e partidos políticos. Com isso, faz-se necessário abordar, ainda que de forma tangencial ao tema principal desta dissertação, a relação entre articulação intra-partidária e ambição política no Brasil. A variável partido político é central quando se pensa nas estruturas de oportunidades políticas. Em alguns casos, políticos optam por partido X e não Y pois acreditam ter mais chances de se elegerem e manifestar um tipo de ambição em um e não no outro. Por isso, não é razoável abandonar a temática partidária, ainda que de forma tangencial, nesta presente dissertação.

Avelino, Biderman e Barone (2012) buscam entender, por exemplo, se uma eleição de Prefeito influencia no desempenho eleitoral do mesmo partido nas eleições proporcionais seguintes. Esse trabalho é relevante para a análise desta dissertação, pois ao pensar em termos de estruturas de oportunidades, a depender se um Prefeito está politicamente alinhado com determinado partido, espera-se que o político entenda isso como um ponto favorável para manifestar algum tipo de ambição, por exemplo. Os autores mostram que as eleições para Prefeito tendem a aumentar o número de votos para candidatos a Deputado Federal e Estadual do mesmo partido. Isto é, há uma suspeita – comprovada pelos autores a partir da análise empírica de dados – de que esses Prefeitos eleitos tendem a atuar de forma mais enfática para eleger políticos de seus partidos. Ao fim e ao cabo, isso pode determinar se um candidato manifesta uma ambição estática ou progressiva⁹. A dimensão partidária, entretanto, apesar de

sociais os quais são desgastantes para os seus envolvidos. Ou seja, ainda nesse cenário, a pergunta se torna ainda mais importante para o tema da ambição política.

⁸Este é, em especial, um elemento importante: um Vereador de mandato já fornece uma mínima previsibilidade de votos para um partido político. Nesse sentido, ele agrega a chapa que irá competir, fazendo com que o partido “conte” com os votos dele, ainda que seja para eleger outro candidato. Com isso, cria-se um sentimento de solidariedade e ajuda mútua entre o partido e o candidato.

⁹Um exemplo fictício, mas verossímil e ilustrativo do argumento é: um deputado (x) possui uma consolidada carreira no legislativo estadual. No entanto, em uma eleição (t), um Prefeito alinhado ao seu partido (p) vence as eleições em um local em que há uma forte concentração de votos por parte desse deputado (x). Nesse sentido, o deputado (x) entende que há espaço para manifestar uma tentativa de ambicionar um cargo

ser relevante para o entendimento dessas articulações internas, não possui todos os elementos capazes de realizar compreensões explicativas totais sobre o tema. A noção já definida nesta dissertação de grupo político é ainda mais crucial para se entender as dinâmicas de apoio e alinhamento entre políticos no Brasil.

Esse efeito pode ser compreendido a partir de como funciona a estrutura do federalismo brasileiro. À medida que o Prefeito é um agente importante na promoção de políticas públicas locais e possui acesso a recursos públicos – tanto de origem própria, quanto proveniente de repasses federais e estaduais –, essa figura funciona como um elemento ativo na agenda de ambição política no país. Santana (2008) e Santos (2000), cada um de um ponto de vista distinto, mostra como que a ambição política dialoga com a promoção de políticas públicas de um determinado município. Santana (2008), por exemplo, propõe a ideia de “ ambição dinâmica”, enquanto que Santos (2000), utiliza a ideia de “ ambição ziguezague”. Em ambos os casos, os autores mostram que o importante para o político é manter-se presente na arena eleitoral com algum mandato eletivo. Santos (2000), entretanto, realça o caráter transitório do legislativo, como espécies de locais de passagens para espaços que os políticos realmente querem ocupar: o executivo, justamente por conta dessa possibilidade de promoção de políticas públicas.

1.9 Ambição nos legisladores estaduais: o caso do Rio de Janeiro

No objeto observado por esta dissertação, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, é bastante comum que Deputados Estaduais tentem ser candidatos à Prefeitura. As tabelas abaixo mostram¹⁰, a partir de dados coletados por esta pesquisa desde a legislatura de 2006 até 2018, que apesar de não ser algo predominante, há um número razoável de tentativas de parlamentares nesse sentido. Esses dados coletados mostram que noção de “ ambição dinâmica” e “ ambição ziguezague” possuem verificações empíricas, apesar do fato de não representarem a maior parte dos casos da ALERJ.

maior, dado esse alinhamento partidário (p). Com isso, na eleição (t1), com a ajuda desse Prefeito, ele vem candidato a Deputado Federal.

¹⁰Optou-se por incluir também dados sobre deputados estaduais que tentaram ser deputados federais para fins de clareza observacional.

Tabela 4 - Deputados Estaduais que se candidataram ao executivo e ao legislativo Federal no Rio de Janeiro – 2006 – 2008 - 2010.

Deputados eleitos (2006)	Deputados que foram candidatos a Prefeito/Vice (2008)	Deputados que foram candidatos a Prefeito/Vice e venceram (2008)	Deputados que foram candidatos à Deputado Federal (2010)	Deputados que foram candidatos à Deputado Federal e venceram (2010)
70	16	4	2	2
Porcentagem	22.85 %	25 %	2.85 %	100 %

Fonte: TSE. Gabriel Guimarães, 2022.

Tabela 5 - Deputados Estaduais que se candidataram ao executivo e ao legislativo Federal no Rio de Janeiro - 2010 - 2012 - 2014.

Deputados Eleitos (2010)	Deputados que foram candidatos a Prefeito/Vice (2012)	Deputados que foram candidatos a Prefeito e venceram (2012)	Deputados que foram candidatos a Deputado Federal (2014)	Deputados que foram candidatos a Deputado Federal e venceram (2014)
70	18	5	4	4
Porcentagem	25.71 %	27.77 %	5.71 %	100 %

Fonte: TSE. Gabriel Guimarães, 2022.

Tabela 6 - Deputados Estaduais que se candidataram ao executivo e ao legislativo Federal no Rio de Janeiro - 2014 - 2016 - 2018. (continua)

Deputados Eleitos (2014)	Deputados que foram candidatos a Prefeito/Vice (2016)	Deputados que foram candidatos a Prefeito e venceram (2016)	Deputados que foram candidatos a Deputado Federal (2018)	Deputados que foram candidatos a Deputado Federal e venceram (2018)
70	19	9	7	4
Porcentagem	27.14 %	47.26 %	10 %	57.14 %

Fonte: TSE. Gabriel Guimarães, 2022. (conclusão)

A escolha de carreiras desses deputados da ALERJ se baseia, conforme já amplamente discutido aqui, na estrutura de oportunidades políticas as quais cada um deles se encontra.

Contudo, também é necessário realizar uma investigação sobre os incentivos para comportamento de legisladores estaduais no Brasil visando o desenvolvimento de suas respectivas carreiras. Castro, Anastasia e Nunes (2009) discorrem sobre o comportamento de legisladores em doze casas legislativas estaduais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Ceará, Tocantins e Pará.

Baseados na literatura já discutida aqui de Mayhew (1974) e Fenno (1973) cujo objetivo principal dos legisladores é a reeleição, os autores mostram que o sistema federativo brasileiro possui mais oportunidades para o que já chamamos aqui de ambição dinâmica. Porém, cada uma dessas ambições necessita de um tipo de comportamento parlamentar diferente.

1.10 Ambição dos Deputados Estaduais no Brasil

Nesse sentido, os autores utilizam o trabalho de Arnold (1990) como referencial teórico para analisar as escolhas políticas de deputados estaduais. De acordo com Arnaldo (1990), os legisladores pensam em uma pergunta prática antes de tomar uma decisão política: qual o tamanho do impacto disso para a minha reeleição? Em outros termos: caso eu, político, tome uma decisão “x” em um espaço de tempo “t”, essa decisão aumenta ou diminui as minhas chances de conquistar um novo mandato na próxima eleição “t1”? Esse raciocínio, todavia, não é linear. Percebem-se diversas etapas para chegar a uma resposta final. A primeira delas é a observação, por parte do legislador, de quais são os grupos sociais interessados em determinada ação política¹¹. A partir dessa observação, é preciso que o político compreenda a correlação de forças internas entre esses grupos sociais e de que maneira isso impacta em suas chances eleitorais. Com isso, há uma atribuição de peso político a essas facções sociais e, a partir dessa definição, há um direcionamento no que se refere a decisão política que será tomada. Há, no geral, uma tendência a esse político preferenciar sua base de apoio mais sólida, os chamados “apoios consistentes” (Arnold, 1990).

Dado este cenário, Castro, Anastasia e Nunes (2009) colocam duas hipóteses sobre o comportamento do legislador estadual: (i): quanto maior a competição política, menor é a tendência do comportamento do parlamentar ser particularista; (ii): deputados do espectro mais à direita tendem a ser mais particularistas. A ideia da competitividade eleitoral é medida a partir de um indicador originado na obra de Lima Júnior (1983) sobre subsistemas partidários estaduais. Lima Júnior (1983) utilizava dois indicadores para medir a competitividade eleitoral de um estado: número médio de partidos efetivos e fragmentação na arena estadual. Os autores

¹¹Cumpramos esclarecer que a arena em que se passa essas decisões é a da arena legislativa. Ou seja, como um legislador se portará diante de um projeto, uma ideia, um debate em sua casa legislativa e de que maneira isso reflete nas suas chances eleitorais. Trata-se, pois, de uma análise que advém da arena do próprio conflito.

também utilizam esses dois critérios, mas propõem alguns elementos adicionais. Nesse sentido, o Índice de Competitividade Eleitoral (ICE) utiliza os seguintes critérios para definir a competitividade eleitoral de um estado: (i): diferenciação de um parlamentar entre governo e oposição; (ii): diferença entre esquerda e direita no espectro político e, por fim, a distância ideológica dos partidos. Esse índice é medido a partir de surveys coletados periodicamente com parlamentares. A partir dessa medição, verificou-se que no ano de 2006, no estado do Rio de Janeiro, a competitividade eleitoral era de 0,92, tornando-o o segundo menos competitivo do país.

A competitividade eleitoral é um elemento importante para o político decidir optar por um padrão de carreiras ao invés de outro. Em um estado como o Rio de Janeiro onde há uma forte associação entre política e grupos sociais violentos ao redor do estado – leia-se, milícias, contraventores e crime organizado – o grau de competitividade eleitoral é um elemento crucial para a definição de uma trajetória política parlamentar. Entretanto, o trabalho de Castro, Anastasia e Nunes (2009) mostra que não é possível afirmar, a partir das evidências coletadas, que o grau de competição política tem relação com o tipo de comportamento particularista ou não dos legisladores estaduais. Porém, não descarta-se a possibilidade de ser um elemento importante para a característica da ambição política na ALERJ.

Anastasia, Corrêa e Nunes (2012) analisam as trajetórias políticas dos legisladores estaduais de três Assembleias Legislativas: Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. De acordo com os autores, utilizar o referencial teórico da reeleição como principal elemento de interesse de deputados estaduais não é razoável para a realidade brasileira. Segundo eles, há uma taxa modesta de reeleição, sobretudo se comparada aos legisladores americanos. Nesse sentido, mais uma vez, utiliza-se o argumento de Santos e Pegurier (2011) de que o referencial de carreiras estadunidense não é um ponto comparativo didático e sensível à realidade brasileira em virtude do elemento da institucionalização dos estudos sobre carreiras no Brasil e nos EUA. Apesar disso, Anastasia, Corrêa e Nunes (2012) buscam comparar os casos das três Assembleias entre si em relação aos padrões de carreiras da Câmara dos Deputados.

Apesar da noção de instituições políticas do ponto de vista do neoinstitucionalismo o qual é baseado na teoria da escolha racional¹², há uma série de diferenças em como essas instituições refletem no dia a dia da escolha das entidades subnacionais do país. Com isso, os autores trabalham com a hipótese de que haveria uma predominância de escolha, por parte dos

¹²A ideia de instituições políticas na corrente predominante do neoinstitucionalismo se refere à noção de regras do jogo. Instituições políticas são instrumentos que definem as regras de conduta do jogo político, tal como eleições (Tsebelis, 1990).

legisladores estaduais, do modelo de ambição progressiva – adotando o pressuposto de Samuels (2003). Com isso, a ideia geral é de que a ação dos parlamentares, ou seja, seus cálculos políticos, são orientados não para permanecer na casa legislativa em questão. Porém, não é qualquer parlamentar que age orientado dessa lógica. A ambição progressiva só é compreendida como uma “ação racional” ao considerar o nível da votação nominal de determinado político. Isto é, um político, na categoria de Guarnieri (2004), “super candidato”, possuir uma postura de ambição progressiva seria uma escolha racional para a sua carreira. Esses “pesos pesados” (Samuels, 2003) seriam, então, racionalmente induzidos a concorrerem a cargos de maior prestígio político e social.

Contudo, o quantitativo de votos não é a única variável relevante na hora do cálculo racional. Líderes partidários, por exemplo, são uma importante posição de destaque nas Assembleias Legislativas. De acordo com Arnold (1990), parlamentares que assumem essas posições tendem a trajetórias mais associadas a uma ambição progressiva ou estática. Na prática, faz sentido optar por uma ambição mais estática. Ao passo que um parlamentar possui alto nível de prestígio na unidade subnacional, não há garantias de que haverá uma transposição desse prestígio para a esfera pública federal. Em termos mais objetivos, um parlamentar posicionado no “alto clero” da estrutura estadual, tende a ser, quando chegar a Brasília, por exemplo, um parlamentar do “baixo clero”. Esse é um elemento importante e que pesa sobre a decisão dos parlamentares estaduais no Brasil, sobretudo os mais longínquos em suas Assembleias.

Em face desse panorama, o debate sobre ambição política no Brasil encontra-se com um número substantivo de obras e com uma discussão relativamente amadurecida. No entanto, como foi elencado aqui, a maior parte dos trabalhos a respeito do tema se encontram voltados a Câmara dos Deputados, Prefeituras e a Câmara de Vereadores. Nesse sentido, a tradição de estudos sobre política estadual perde força, e esta dissertação acredita ter a contribuir, como um estudo de análise exploratória, para esse debate a partir do estudo de caso da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Percebeu-se que pressupostos anteriormente estabelecidos como normativos trazidos por autores como Samuels (2003) encontram-se em um estágio de fragilidade dadas as condições empíricas elencadas por Santos e Pegurier (2011) e também debatidas por Rennó e Pereira (2007). Nesse sentido, o debate sobre ambição política precisa estar alicerçado com uma discussão abrangente sobre política estadual no país, próxima seção desta presente dissertação.

2 POLÍTICA ESTADUAL NO BRASIL

2.1 A tradição de estudos estaduais

Após o debate no capítulo anterior sobre a literatura de ambição política no Brasil e no mundo e como ela se relaciona com o objeto estudado, esse presente capítulo abordará a temática dos estudos estaduais, sobretudo o caso do Rio de Janeiro. A tradição dos estudos estaduais no Brasil possui origem a partir do fim do regime militar (Abrucio, 1988). Naquele momento do processo de redemocratização, os Governadores eram atores centrais na transição política a qual o país passava. Essa centralidade ocorreu pois as eleições de 1982 foram uma espécie de “primeiros indícios eleitorais” que a popularidade da ditadura estava em declínio. Com a eleição de figuras como Leonel Brizola no Rio de Janeiro, Tancredo Neves em Minas Gerais e Franco Montoro em São Paulo, a oposição ao regime conquistou 10 estados, número bastante expressivo. A partir disso, os Governadores de oposição ao regime tiveram papel importante na participação das Diretas Já (Freire, 2019).

A tradição dos estudos estaduais parte da tese original de Abrucio (1998). O autor defende que, a partir da Constituição Federal de 1988, observa-se um sistema de “ultrapresidencialismo” nos estados. De modo que, a relação entre as Assembleias Legislativas e o Executivo estadual é de subserviência, sendo o parlamento dos estados, em sua maioria, instâncias homologatórias, sem capacidade de afrontar o executivo. Esse “pacto homologatório” ocorre em virtude da distribuição de benefícios por parte do poder executivo – cargos e orçamento. Isso, segundo Abrucio (1998) provoca uma redução na capacidade do legislativo de realizar seu trabalho de fiscalização, pois é uma instância que abdica de proposição de políticas públicas e fiscalização do executivo em prol de ter interesses concentrados e paroquiais atendidos.

A tese de Abrucio (1998) tem origem na noção de segredo ineficiente cunhada por Shugart e Carey (1992). De acordo com esses autores, o sistema eleitoral brasileiro promove incentivos para determinadas formas de atuação parlamentar. A forma de atuação principal, em virtude da personalização no voto e na atuação política, é a de que o legislador abre mão de arbitrar sobre a maior parte dos temas de interesse geral e passa a se preocupar unicamente com elementos paroquiais. Em termos ilustrativos, seria como se um legislador estadual não estivesse preocupado em votar sim ou não para uma lei enviada pelo executivo – ainda que essa

lei seja prejudicial para o estado – desde que ele esteja sendo atendido dentro da máquina administrativa com cargos e recursos para atender sua base eleitoral. Essa tese, portanto, pressupõe que o eleitorado possui o mínimo de informação possível no que se refere a posição dos parlamentares em projetos de lei. E, para além disso, pressupõe que há uma preocupação maior com a questão da materialidade obtida através desses recursos do executivo – que leva o parlamentar a abrir mão de legislar.

Há, então, de acordo com Abrucio (1998), elementos – descritos por Gershon (2017) - que compõem o cenário o qual comprova a existência desse “pacto homologatório”. O primeiro deles seria a aprovação – quase automática – de contas e de projetos que são de interesse do governo. O segundo seria o fato de que a peça orçamentária enviada do executivo ao legislativo, apesar de sofrer com emendas dos parlamentares, não altera significativamente os desejos de gastos do executivo. O terceiro é que, nos casos observados pelo autor, em 12 das 15 assembleias legislativas o Governador tinha uma maioria sólida que fora obtida por meio da distribuição de espaços políticos e recursos. Havia, então, uma relação de troca muito característica do presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988). Apesar dessa proximidade com a noção do presidencialismo de coalizão, é importante esclarecer algumas diferenças no que se refere às atribuições do Governador e do Presidente, pois isso interfere diretamente na análise do pacto homologatório. A tabela abaixo resalta essas diferenças.

Tabela 7 - Poder de agenda Governador x Presidente.

	Presidente	Governador
Medidas provisórias	Sim	Não
Iniciativa exclusiva em matérias orçamentária e tributária	Sim	Não
Direito de solicitar urgência	Sim	Sim

Fonte: Rio de Janeiro, 1989; Brasil 1988; Santos, 2001.

A tabela acima evidencia que o poder executivo estadual possui menos capacidade de imposição de sua agenda ao legislativo se comparado ao poder executivo nacional. Essa diferença é expressada sobretudo no que se diz respeito à implementação de medidas provisórias – que são instrumentos do executivo que tem imediata implantação, não sendo necessário o aval do congresso para tal – e a iniciativa exclusiva sobre orçamento. Isto é, nos estados, o Governador possui uma maior dependência de construir uma boa relação com o

legislativo, pois não dispõe de recursos suficientemente fortes para impor sua agenda – ele possui espaços para negociar governabilidade.

A tese originária dos estudos estaduais de Abrucio (1998) traz à tona um debate relevante sobre comportamento parlamentar e organização legislativa. Ao fim e ao cabo, a relação entre executivo e legislativo nos estados parte de um modelo de organização de comportamentos conjuntos de parlamentares que visam maximizar suas chances de reeleição Mayhew (1974). Nesse sentido, há 3 modelos principais de organização comportamental legislativa, conforme descrito por Cox e McCubbins (1993). (i) distributivista, (ii) informacional, (iii) partidária. O modelo distributivista foi utilizado com a finalidade de explicar o congresso americano. Nesse modelo, há a ideia de que a atuação dos parlamentares se dá a partir do interesse eleitoral, de modo que a sua reeleição depende da quantidade de benefícios que ele leva à sua base eleitoral. Trata-se, então, de um modelo em que há uma distribuição de recursos visando atender os interesses eleitorais desse parlamentar. O modelo informacional, entretanto, não entende a atuação do legislador pautado a partir de interesses paroquiais e clientelistas, tais como o distributivista. Acredita-se que a atuação se dá por meio de uma tomada de decisão bem informada de cada projeto encaminhado pelo executivo. O modelo partidário, entretanto, defende que os partidos são os decisores das ações parlamentares.

2.2 Modelos de decisão e política estadual

Esses modelos de decisão não são fixos. Pode ocorrer uma variação de acordo com o governo e a capacidade de articular maiorias dentro do parlamento. Santos (1999), no entanto, contribui para o debate ao questionar a aplicação do modelo distributivista no caso brasileiro.

De acordo com ele, há uma dificuldade natural em transportar a teoria distributivista ao caso brasileiro em virtude do sistema eleitoral. Como fora pensada a partir do caso americano – em que há um modelo distrital – entende-se que o sistema eleitoral estadunidense possui maiores incentivos para a produção de benefícios materiais para sua base eleitoral.

À medida que o sistema eleitoral distrital puro ocorre uma eleição entre candidatos em uma área geográfica limitada e com um número pequeno de concorrentes, a responsabilização de políticas é maior. Isto é, se um parlamentar x atuou de forma participativa em seu mandato e trouxe recursos para seu distrito, a incerteza de reeleição é minimizada, pois o território é pequeno e os benefícios vieram. Isso, na ideia distributivista, incentiva o comportamento

porkbarrel. No Brasil, entretanto, o sistema eleitoral é proporcional de lista aberta. Esse sistema gera uma situação em que, pela grande oferta de candidatos, são poucos os parlamentares que conseguem obter o seu mandato somente com os votos adquiridos para si. Há, geralmente, a entrada pelos votos de sobra da lista partidária. Ou seja, se o quociente eleitoral é 100 mil, o parlamentar mais bem votado fez 40 mil e o restante dos candidatos, juntos, totalizaram 60 mil, esse parlamentar se elegeu com menos da metade do necessário para conseguir uma cadeira sozinho. Nesse cenário, Santos (1999) defende que a atuação particularista e distributivista não é suficiente para garantir a reeleição de parlamentares, pois eles não conhecem a origem dos votos responsáveis por garantir a cadeira dele – ou seja, os 60 mil vindos de outros candidatos. Por conta dessa dificuldade, o comportamento de porkbarrel não garante uma reeleição.

Nesta dissertação, entretanto, há uma outra interpretação sobre esse fator. É verdade, por suposto, que a maior parte dos parlamentares não possui voto para se eleger sozinho. É verdade, também, que esses parlamentares dependem dos votos de outros candidatos para obterem suas vitórias eleitorais. Entretanto, Santos (1999) não leva em consideração o poder de parlamentares no exercício de seu mandato em montar a listagem de candidatos, a chamada nominata. O comportamento particularista tem o potencial de garantir a eleição de um parlamentar, pois esse mesmo político monta uma lista de candidatos que, apesar de ser incerta no que se refere a previsão eleitoral, garante que com o quantitativo de votos que esse comportamento particularista o fornece ele tenha a vitória – e, além disso, garante que não tenham outros candidatos com potencial de ultrapassá-lo na lista. Ele não precisa ter todos os votos, ele precisa garantir o seu quantitativo mínimo e que a lista faça o esperado. Nesse sentido, há um incentivo ainda maior do comportamento particularista, pois para esses parlamentares é a garantia de que eles terão a primeira posição na lista final.

2.3 Críticas à visão tradicional

A partir desses modelos de decisão parlamentar são desenvolvidos a maior parte dos trabalhos sobre política estadual no Brasil. Há, contudo, um marco relevante no que se refere a esse campo de estudos. Graça (2014) mostra que, com o passar do tempo, os Governadores perderam força política e deixaram de ser os “Barões da Federação”, conforme defendia Abrucio (1998). Essa redução de força política ocorreu a partir das reformas econômicas promovidas na década de 1990, sobretudo nos governos de Fernando Henrique Cardoso. A

hipótese de Graça (2014) é de que os ajustes fiscais e a descentralização de políticas públicas para os municípios foram marcas que tiraram poderes de patronagem do executivo estadual. O caso do Banerj, por exemplo, é ilustrativo quanto a isso. O Banco do Estado do Rio de Janeiro foi vendido em 1997 dentro de um programa de ajustes fiscais do Governo Federal. Nesse sentido, o BANERJ era um espaço de alta rotatividade política e servia como financiador relevante de políticas públicas – sobretudo de caráter social – do executivo fluminense. O caso do BANERJ é apenas um exemplo ilustrativo de sucessivas perdas de espaços políticos que os governadores tiveram ao redor do país. Essa perda, então, resultou em uma menor oferta de espaços para o oferecimento de patronagem a fim de garantir maiorias legislativas e aprovação quase “automática” de projetos do executivo estadual. No cenário descrito, então, houve uma limitação para o comportamento distributivista do executivo.

A partir desse elemento descrito por Graça (2014), iniciou-se uma série de estudos sobre a relação executivo-legislativo nos estados brasileiros tendo em vista contrastar a tese originária de Abrucio (1998) sobre o “pacto homologatório”. Percebeu-se, com o tempo, que essas mudanças fiscais e de descentralização de políticas públicas afetaram de forma diferente os estados da federação. O trabalho de Abrucio (1998) teve mérito não somente do ponto de vista teórico inaugural de um campo de estudos, mas também pelo fato de representar uma fotografia do país em um determinado momento histórico. Com as reformas de 1990, a tese de Abrucio (1998) tornou-se pouco razoável, por conta dessa importante mudança na dinâmica política nacional, a qual refletiu nos estados. O trabalho de Santos (2001) representa um esforço no sentido de mostrar que não há uma uniformidade na relação entre assembleias e executivos estaduais no Brasil. Com uma coletânea de artigos sobre vários estados, evidencia-se que não há um pacto homologatório nos estados brasileiros.

Anastasia (2001) mostra que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais passou por reformas administrativas internas importantes que aumentaram a proximidade entre o parlamento e a sociedade civil bem como a possibilidade de promoção de um accountability. As reformas de 1980 e 1990 promoveram um aumento na qualidade da assessoria técnica da casa e, a reboque, gerou novas formas de participação social no parlamento. Instâncias de diálogo com a sociedade civil permitiram que a ALEMG vocalizasse com maior qualidade às demandas do povo mineiro e que, a partir disso, houvesse um maior grau informacional para a tomada de decisões dos deputados estaduais. Utilizando-se das categorias dos modelos organizacionais já descritos nesse trabalho, há um entendimento da autora de que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais caminha para um modelo informacional de tomada de decisões e

organização interna, fato que gera uma maior possibilidade de independência em relação ao executivo.

Domingues (2001), entretanto, ao analisar o caso do Espírito Santos observa um comportamento diferente. De acordo com o autor, pela dificuldade de institucionalização processual e política da ALES, há uma concentração de poder na mesa diretora da casa. Isso ocorre porque não existe em curso um processo de fortalecimento das comissões e do colégio de líderes. Além disso, nesse cenário de fragilidade institucional descrito por Domingues (2001), também há um quadro de alta fragmentação partidária. Nesse sentido, a Assembleia Legislativa do Espírito Santos não consegue vocalizar e desenvolver preferências políticas de forma dissociada ao poder executivo. Nesse caso, diferente do observado em Minas Gerais, a tese de pacto homologatório estaria aplicável. É importante ressaltar que a maior parte desses estudos são focados em períodos curtos do ponto de vista de legislaturas. Isso, contudo, não é demérito do ponto de vista acadêmico. No entanto, as conclusões desses estudos precisam ser compreendidas como tal.

O caso de São Paulo, descrito por Abrucio, Teixeira e Costa (2001), funciona como mais um exemplo do ultrapresidencialismo estadual. Ao analisarem o mandato de 1995 a 1998, viu-se que o Governador Mário Covas tinha uma alta taxa de sucesso em aprovar suas medidas no legislativo estadual. O artigo adota como pressuposto a ideia de equalbranches de Jones (1995), em que o equilíbrio entre executivo e legislativo depende da capacidade de cada poder de participar da formação de políticas públicas. À medida que o ultrapresidencialismo existe, o efeito do equalbranches se reduz, fato percebido nesse período no estado de São Paulo. A questão central, nesses casos de ultrapresidencialismo, é desmistificar uma ideia que pode se ter pela hipertrofia do executivo estadual. Quando se pensa em pacto homologatória associa-se a uma ideia de abuso de poder por parte do executivo. Entretanto, não se trata disso. Nos casos em que os estados possuem essa dinâmica institucional, os legisladores abrem mão de atuar como co-participantes na formação de políticas públicas. Há, pois, uma delegação de poder e de responsabilidade por parte do legislador estadual. Ele abre mão de atuar, não é impedido de tal.

Essa delegação gera vantagens, sobretudo se considerarmos o modelo distributivista de decisão. De acordo com Abrucio, Teixeira e Costa (2001), a delegação se transforma em uma estratégia deliberada dos parlamentares e faz parte de um cálculo racional para as carreiras políticas dos mandatários em questão. O ponto central do trabalho organizado por Santos (2001) é de que não é possível tratar de maneira uniforme a relação entre executivo e legislativo nos estados brasileiros. Para além disso, Tomio e Ricci (2010) vão além e afirmam que não se pode

observar os parlamentos estaduais como miniaturas do que ocorre a nível federal. Estudos mostram que apenas 3 estados – São Paulo, Espírito Santo e Ceará¹³ – possuem uma natureza homologatória.

2.4 Rio de Janeiro em foco: ALERJ e Governo Estadual

O caso mais emblemático e de maior interesse dessa pesquisa é o do Rio de Janeiro. Diferente dos demais estados da federação, o Rio de Janeiro como conhecemos hoje teve origem a partir de um processo de fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara. No ano de 1975, a Ditadura Militar promoveu essa mudança política que teve fortes impactos na dinâmica interna do novo estado do Rio de Janeiro. Quando ocorreu a fusão, não houve somente uma junção administrativa e procedimental, ocorreu um contato direto entre duas formas de se fazer política diferentes. No antigo estado da Guanabara, havia a menor percepção de clientelismo político, enquanto que no antigo Estado do Rio de Janeiro, por conta da pobreza do interior, havia uma maior disposição a esse tipo de prática. Essa dicotomia é uma das marcas fundacionais desse novo território, e gerou, desde o processo de fusão, diversos confrontos políticos entre lideranças que tinham um modelo mais próximo do antigo estado da Guanabara e outras que adotavam modelos próximos do antigo estado do Rio.

Confrontos recentes tais como Garotinho e Cesar Maia, Witzel e Eduardo Paes e confrontos mais antigos como Amaral Peixoto e Chagas Freitas exemplificam essas disputas históricas entre o interior e a capital – tanto do ponto de vista procedimental, ou seja, na forma de fazer política, quanto no quesito eleitoral. Além disso, o Rio de Janeiro passou por um processo mais antigo – e, de certa forma, traumático – de ter perdido o posto da capital administrativa do país para Brasília. A decisão do então presidente Juscelino Kubitschek não compensou o estado pela perda política, financeira e simbólica dessa transição. Esses dois fatores já seriam, por si só, elementos suficientes para se justificar a necessidade de compreender com mais clareza o caso do Rio de Janeiro. Contudo, para além disso, há um outro elemento importante que valoriza ainda mais esse caso: o clientelismo. O estado do Rio de

¹³Cumprе esclarecer que, apesar desses 3 estados terem uma relação executivo legislativo parecida, as razões que levaram a esse fato são distintas entre si. Enquanto que no Espírito Santo ocorre por conta de uma dificuldade de institucionalização, no Ceará a preponderância do executivo é atribuída ao processo crise fiscal que exigiu uma concentração de poder no executivo (Moraes, 2001).

Janeiro tem um forte histórico da presença da máquina clientelista. O trabalho clássico de Eli Diniz (1982).

Apesar deste trabalho não versar sobre o clientelismo político, não é razoável supor que seja possível discutir ambição política, sobretudo no Rio de Janeiro, sem compreender o clientelismo como um fator chave e que possui um potencial de moldar as carreiras políticas e transformar estruturas de oportunidades de parlamentares. É um desejo deste trabalho de mestrado, caso seja oportunizada essa possibilidade, desdobrar um desenvolvimento da relação entre ambição política e clientelismo no Rio de Janeiro em um doutorado. Entretanto, neste momento, não é o objeto central de análise. O trabalho de Eli Diniz (1982) contribui para esse debate pois, além de identificar uma forma diferente de se fazer política, discute-se uma série de processos internos no seio do partido oposicionista da Ditadura Militar no Estado do Rio de Janeiro cujo principal expoente é o Governador Chagas Freitas.

Chagas Freitas inaugurou uma forma de se fazer política no Rio de Janeiro que se tornou conhecida pelo nome de “chaguismo”. De acordo com Eli Diniz (1982), o “chaguismo” consiste na expressão da prática do favor na esfera política, de modo que há uma troca de benefícios materiais em troca de recompensas eleitorais por parte do grupo que comanda a máquina administrativa estadual. Há, pois, uma preocupação não com questões gerais e totalizantes do estado do Rio de Janeiro, mas sim com interesses particularistas e de ordem pessoal e tangencial. Essa modalidade de clientelismo se transformou em uma peça marcante da forma de se fazer política no estado. O domínio da máquina política, pois, inicia-se a partir da oligarquização partidária. À medida que um grupo político toma para si o controle total de uma organização partidária, esse controle total se transfere para a máquina pública quando este mesmo grupo assume posições administrativas relevantes no aparato burocrático. Do ponto de vista da ambição política, por exemplo, pode-se discutir quais são os caminhos de carreiras possíveis para parlamentares que adotam, de forma majoritária, esse modelo clientelista de se fazer política. Contudo, conforme colocado aqui, trata-se de um objeto de análise posterior para um Doutorado.

2.5 Independência ou servidão?

Todavia, o número de estudos voltados para a política fluminense ainda é baixo, sobretudo em relação à ALERJ. Santos (2001), em um esforço de suprir essa lacuna, produz um

estudo sobre o comportamento parlamentar da ALERJ. O estudo possui como base um paradigma dos meios de comunicação e do senso comum do Rio de Janeiro: a ALERJ é uma casa em que os Deputados Estaduais se preocupam, em geral, com interesses particularistas.

Essa noção do senso comum se encontra fortalecida nos últimos anos em virtude dos recentes escândalos os quais parlamentares da ALERJ encontram-se envolvidos¹⁴. A ampla cobertura jornalística desses escândalos sugere à população que os parlamentares do estado do Rio de Janeiro possuem interesses particulares e não coletivos. Com isso, naturalmente, há um reflexo na sua atuação legislativa. Santos (2001), contudo, demonstra que essa premissa não é realidade. Crítico da ideia do “Segredo Ineficiente” pelas razões já elencadas aqui, o autor argumenta que a realidade dos deputados estaduais no Rio de Janeiro se baseia em duas condições: (i): existe uma realidade eleitoral altamente competitiva; (ii): há, no funcionamento da ALERJ, uma estrutura de comando interno descentralizada. Esses dois elementos fazem com que a casa não tenha uma postura subserviente em relação ao executivo, mas sim, uma certa independência com capacidade de elaborar uma agenda própria.

Essa independência se reflete no próprio funcionamento interno da casa. Não há, de acordo com Santos (2001), um controle por parte dos líderes partidários na apresentação de emendas em plenário, bem como o colégio de líderes não goza de alto nível de institucionalização. Nesse cenário, apesar do nível de competição eleitoral ser alto, o Deputado Estadual no Rio de Janeiro possui maiores condições do que em outros estados de participar do processo decisório de políticas públicas, aproximando-se do modelo de equalbranches. Os interesses majoritários da ALERJ, então, não seriam particularistas segundo o autor, pois o modelo distributivista do segredo ineficiente não possui um sentido empírico para o parlamentar. O autor busca comprovar essa ideia mediante a análise do material legislativo aprovado pela ALERJ com origem na própria casa e com origem no executivo. Ao comparar os dois casos, observou-se o que é exemplificado no quadro abaixo.

Tabela 8 - Divisão temática do trabalho na produção de leis no Rio de Janeiro.

ALERJ	Governador
Temas de natureza social	Temas de natureza econômica
Vetos do governador	Temas financeiros
	Temas administrativos

Fonte: Rio de Janeiro, 1989; Brasil 1988; Santos, 2001.

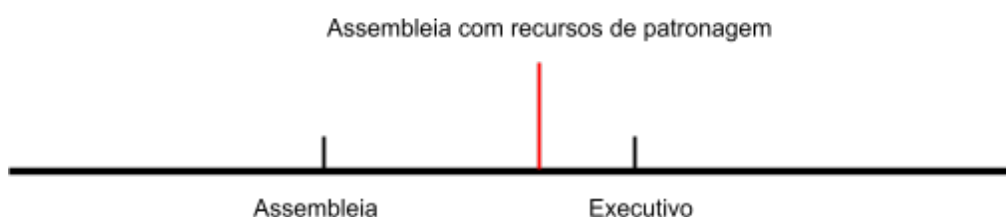
¹⁴Ver: <https://veja.abril.com.br/politica/mais-da-metade-dos-deputados-do-rio-e-investigada-por-rachadinha/>

Essa divisão do trabalho elencada pela tabela acima demonstra que ambos os poderes possuem uma agenda relativamente autônoma. Santos (2001) demonstrou que o Governador, diferente da ALERJ, encontra-se muito mais “refém” de um determinado desenho de circunstâncias. Isso ocorre porque o Governador se encontra orientado a resolver problemas de alta complexidade, como sucessivas crises fiscais – as quais são uma marca do estado do Rio de Janeiro – e a agenda da segurança pública. Nesse sentido, enquanto o executivo possui uma agenda autoimposta pelas circunstâncias do exercício do poder, a ALERJ domina a produção legal voltada para as questões sociais. Os dados encontrados por Santos (2001), referentes ao governo de Marcello Alencar, são circunscritos a um determinado momento histórico e não podem ser compreendidos como um elemento definidor da autonomia – ou não – da ALERJ em relação ao Governador.

Graça (2014), colabora com o ponto de vista de Santos (2001) e, a partir de um estudo longitudinal, defende que a ALERJ goza de uma independência em relação ao executivo superior a outros estados da federação. A hipótese central de Graça (2014) é: com as modificações fiscais e de desenhos de políticas públicas promovidas pelo Governo Federal a partir da década de 1990, houve uma mudança na relação entre assembleias e governadores.

Os desenhos abaixo mostram, a partir de uma análise espacial, o que pode ser compreendida como os dois momentos da relação entre executivo e legislativo nos estados.

Figura 1 - Relação entre Assembleia e Governador com recursos de patronagem.



Fonte: O autor, 2022.

O primeiro momento pode ser ilustrado como a relação entre executivo e legislativo no estado do Rio de Janeiro até o final da década de 1990. Com esse cenário, o executivo tinha condições de alterar a preferência da ALERJ mediante pagamento de benefícios patronais oriundos da máquina administrativa estadual. Nesse aspecto, apesar da preferência original da ALERJ ser distante do executivo, os recursos de patronagem tinham potencial para aproximar a preferência do parlamento da preferência do executivo. Com isso, configura-se a noção de pacto homologatório descrita por Abrucio (1998).

Figura 2 - Relação entre Assembleia e Governador sem recursos de patronagem.



Fonte: O autor, 2022.

O desenho acima demonstra uma relação diferente. Com as mudanças estruturais ocorridas no final da década de 1990, o executivo possui um menor poder de barganha. Isto é, há menos condições materiais de convencer a ALERJ a mudar radicalmente sua preferência por meio de benefícios materiais. Com isso, há uma tendência de prevalecimento da preferência do parlamento estadual em casos de confronto. É preciso, no entanto, ressaltar que em ambos os casos da análise espacial não se considera o poder de veto do Governador. Trata-se, portanto, de uma forma ilustrativa de exemplificar de forma simples e didática as transformações ocorridas pelas reformas tratadas por Graça (2014). Não se trata, contudo, de um modelo fixo. Atualmente, por exemplo, com a concessão da CEDAE no Rio de Janeiro¹⁵, pode ser discutido até que ponto a ALERJ se mantém independente do Governador em termos de preferências.

O ponto central do trabalho de Graça (2014), contudo, é evidenciar como que a perda de recursos patronais impostas ao Governador promoveu uma diferença significativa na dinâmica entre executivo-legislativo no Estado do Rio de Janeiro, transformando a ALERJ em uma casa de leis estaduais com maior independência em relação às preferências do executivo.

A ALERJ, por sua vez, já gozava de um sistema organizacional interno que favorece essa independência. Pereira (2001) mostra que o parlamento fluminense possui um sistema de comissões e de lideranças dispersos¹⁶, isso provoca um sistema decisório descentralizado e com delegação de poder mais dividido que em outras casas legislativas estaduais. Graça (2014), por exemplo, argumenta que os acordos para formação de lideranças partidárias – ou de blocos – e para a composição da Mesa Diretora são alguns elementos que exemplificam esse grau de descentralização da casa e sua autonomia em relação ao executivo.

¹⁵Ver: <https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/29/leilao-da-cedae-parte-tres-do-bloco-resultado.ghm>

¹⁶Ver: No caso da liderança, por exemplo, não há um controle de emendas apresentadas em plenário pelo líder partidário.

No início dos anos 90, com a vitória de Leonel Brizola (PDT), o Governo do Rio de Janeiro passava a ter um chefe do executivo de esquerda pela primeira vez em muitos anos. Apesar de uma vitória expressiva nas urnas, Brizola teve dificuldades de transferir seu sucesso eleitoral em sucesso legislativo (Sarmiento, 2008). Por conta da dificuldade de aprovação de sua agenda legislativa, o Governador utilizou, em muitos momentos, instrumentos legais oriundos da ditadura militar que o permitiam aprovar leis em pedidos de urgência sem votação em plenário. Esse cenário de dificuldades teve como capítulo marcante a eleição de José Nader para a presidência da casa.

A eleição de José Nader em 1991 para a Presidência da ALERJ é, de acordo com Graça (2014), um exemplo ilustrativo de como as eleições para a Mesa Diretora marcam a independência da casa em relação ao executivo. Nader, que também era do partido do Governador, não contava com o apoio do executivo para assumir o cargo, pois Brizola apostava em outro nome do PDT. Nader, contudo, não cedeu à pressão do Palácio Guanabara e manteve sua candidatura. O partido se dividiu e Nader venceu a votação por uma margem apertada em relação ao candidato oficial do Governo do Estado. Naquele momento, conforme mostra Graça (2014), a tônica da vitória de Nader se deu na necessidade de autonomia em relação ao executivo estadual. Viu-se que a figura do Presidente da ALERJ não poderia ser associada a um articulador do Governo, mas sim a um porta-voz daquela casa legislativa. A formação da Mesa Diretora¹⁷ na casa adquiriu mais uma regra informal para além do aspecto da tradição¹⁸: a necessidade de defesa da independência do legislativo.

O caso de Nader mostra também como é importante para o legislativo estadual a figura do Presidente da casa de leis. Por atribuição legal, de acordo com os artigos 19 e 20 do Regimento Interno da ALERJ, é função do Presidente da ALERJ definir a ordem do dia¹⁹, presidir as sessões ordinárias, controlar presença, entre outras. A definição da ordem do dia é crucial para o andamento legislativo, pois ao definir quais projetos serão votados pelo plenário da casa de leis, o Presidente possui um poder de agenda que interessa ao executivo.

Naturalmente, como já fora visto neste trabalho, o executivo estadual possui a prerrogativa de pedido de urgência para seus projetos caso seja de seu interesse, mas contar com o apoio do Presidente da ALERJ na formação de uma agenda legislativa comum auxilia a governabilidade. Para além das atribuições legais, o Presidente da casa goza de outros

¹⁷Do ponto de vista legal, essa formação ocorre de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 109 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e busca garantir o mínimo de proporcionalidade partidária com os partidos e blocos representados na casa.

¹⁸A tradição, nesse caso, não é o tempo de casa, mas sim a Presidência ser do partido que tem a maior bancada.

¹⁹Trata-se de definir quais projetos irão à votação ou não.

benefícios, tais como o status por ser um chefe de poder e a possibilidade de influenciar e tomar decisões que impactam diretamente a vida dos deputados. Por conta disso, a Presidência se transformou em um ativo político que realça a independência da ALERJ.

Graça (2014), então, propõe uma medição capaz de ilustrar o quão independente a ALERJ é em relação ao executivo: os vetos. De acordo com o autor, a dinâmica de vetos do Governador em projetos com origem na ALERJ possui capacidade de exemplificar essa relação de independência. Como a ALERJ possui uma agenda própria e diversificada, por vezes essas iniciativas são marcadas pelo uso do veto do Governador. Esses vetos são as marcas de descontentamento do executivo para com a dinâmica autônoma da casa. Para o autor, quanto mais vetos em projetos oriundo da ALERJ, maior é a independência em relação ao executivo. Para contornar essa situação de conflito entre poderes, a formação de coalizões é a saída mais comum. Do ponto de vista do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a formação de coalizões se dá por meio da oferta de cargos na máquina pública. Lopez (2005), mostra, ao analisar o caso da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, que líderes partidários atuam de forma central na indicação de nomes para ocupar cargos no segundo e no terceiro escalão da máquina pública.

O modelo encontrado por Lopez (2005), é diferente do encontrado por Pereira (2004), que ao analisar o caso do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul, verificou que a distribuição de cargos pelo líder partidário não resolve, necessariamente, o problema da governabilidade nesses estados. De todo modo, é consenso que a governabilidade é importante para se pensar o sucesso da agenda do executivo no legislativo estadual, e na ALERJ, não é diferente. Historicamente, Graça (2014) busca compreender a trajetória do parlamento fluminense em diversas etapas, desde seu aspecto próximo ao executivo com a máquina chaguista ao grito de independência no início dos anos 90 com o Governo Leonel Brizola. Outro elemento destacado pelo autor, tratando-se das dinâmicas internas da casa legislativa, foi a reforma do Regimento Interno em 1997. Promovida pelo então presidente Sérgio Cabral Filho – que se tornou Governador alguns anos depois – limitou os poderes do Presidente da casa e aumentou o protagonismo dos deputados estaduais de forma individual. Com a obrigatoriedade de divulgação da ordem do dia com pelo menos 48 horas de antecedência, novas regras para a disputa da presidência da casa²⁰, assim como a tramitação em mais de uma comissão de projetos

²⁰Com a reforma regimental de 1997, o presidente passava a ser eleito por voto aberto e nominal por maioria simples, com possibilidade de reeleição. Essa mudança de regra mudava os incentivos para os políticos fluminenses.

legislativos, a reforma do Regimento Interno e a presidência de Sérgio Cabral criaram um pacto de pacificação na casa.

Entretanto, a ideia de autonomia da ALERJ defendida por Graça (2014) não é unanimidade do ponto de vista acadêmico. Gershon (2017) retoma os conceitos de Abrucio (1998) e discute em que medida essa independência é de fato real no parlamento fluminense.

A autora defende, em contraste com a tese de Graça (2014), que a análise da dinâmica de vetos não permite inferir uma postura de independência ou não do legislativo em relação ao executivo. Para além disso, afirma que apesar do desenho institucional da ALERJ ser descentralizado não há um processo decisório efetivamente descentralizado. Por fim, afirma que as coalizões que são formadas na casa são uma variável explicativa para a autonomia ou não da ALERJ. A partir desses 3 argumentos principais, Gershon (2017) mostra que o executivo estadual é o ator central na política do estado do Rio de Janeiro, apesar da maior parte da produção de leis ser oriunda da ALERJ.

O fato da maior parte da produção de leis da ser oriunda da ALERJ é um elemento que surpreende, sobretudo do ponto de vista do senso comum. Como mostrou Santos (2001), há uma percepção geral que a ALERJ é uma casa voltada para interesses paroquiais e localizados, de modo que não há uma produção de políticas públicas amplas e capazes de transformar o estado do Rio de Janeiro. Tomio e Ricci (2009) possuem um estudo voltado para a análise do comportamento de parlamentares estaduais a partir de suas conexões eleitorais com suas bases de apoio. Ao analisarem 7 assembleias legislativas no período de 1999 a 2003, identificaram que apenas 3 possuíam a preponderância de interesses paroquialistas. Paroquialismo, nesse caso, foi definido pelos autores como a oferta de benefícios materiais, simbólicos e contingentes fornecidos por meio de uma relação pessoal com o eleitor com finalidade de construir relação eleitoral. O baixo número de assembleias paroquialistas – entre elas o Rio de Janeiro – mostrava que os deputados tinham atuações direcionadas as cidades em que tiveram uma boa votação, uma espécie de recompensa e reconhecimento pelos votos obtidos – isso é diferente de política paroquial.

No caso da ALERJ, por exemplo, durante o Governo Marcelo Alencar, Santos (2001) observa que há um baixo percentual de distribuição de homenagens – 11% - e uma forte agenda voltada para a temática social, conforme já discutido aqui nesta dissertação. Dados de Santos e Graça (2009) observam que as taxas de dominância em projetos do executivo são baixas. O quadro abaixo exemplifica isso.

Tabela 9 - Relação de dominância do executivo sobre a ALERJ.

Anos	Taxa de dominância do executivo estadual
2003 – 2004	20 %
2007 – 2008	22 %

Fonte: Santos; Graça, 2009.

Em termos comparativos com o nível federal, por exemplo, a taxa de dominância do executivo encontra-se na casa dos 85%, conforme mostra o trabalho de Figueiredo e Limongi (1999). No que se refere ao estado do Rio de Janeiro, dos 70% os quais competem a ALERJ, de acordo com Graça (2014), apenas 30% são de cunho paroquialista, elemento que reforça o parlamento fluminense como um ator programático na promoção de políticas públicas. Nesse cenário, Gershon (2017) argumenta que ocorre na ALERJ um crescente processo de desconstrução da ideia da descentralização de poder na casa. De acordo com a autora, há um alto grau de coesão interna entre a base aliada ao governo – elemento que diminui o poder de contestação. Por sua vez, há uma baixa capilaridade na atuação dos oposicionistas, em virtude da concentração de poder nas mãos dos líderes partidários nas articulações pró-governo por meio da atuação do colégio de líderes. Esses achados Gershon (2017) contrariam os encontrados por Santos e Graça (2009) e por Santos (2001). Essa diferenciação mostra algo marcante que essa dissertação tentou destacar: o aspecto da transitoriedade.

A relação entre ALERJ e Governador nem sempre é de independência ou de submissão. É possível compreender diferentes momentos da história política fluminense por construírem, cada um à sua maneira, uma relação específica entre o executivo e o legislativo estadual, tendo os deputados estaduais como seus principais atores. Nos termos de Gershon (2017).

“Nos primeiros anos pós-fusão, os parlamentares da ALERJ foram caracterizados por posição oposicionista a um governador forte e atuante do ponto de vista legislativo (Faria Lima); em seguida, por postura subserviente ou homologatória (Chagas Freitas) diante de um governador-chefe da política estadual; e, posteriormente, por nova postura conflitiva e de barganha frente ao poder executivo (Brizola), postura que se manteve nas décadas de 90 e 2000 de acordo com estudos mais recentes, que exaltam a performance exitosa da assembleia na tarefa de contrastar as iniciativas de usurpação de seu papel e função por parte do poder executivo estadual.” (Gershon, 2017, p.58).

Esse caráter transitivo da relação entre ALERJ e Governador é importante, pois muda conforme a montagem de coalizões políticas dentro do parlamento. Do ponto de vista da ambição política, por exemplo, é razoável supor que existam oportunidades políticas diferentes para parlamentares em legislaturas mais independentes ou nas menos independentes. Isto é, a estrutura de oportunidades políticas em uma casa de leis em que há uma maioria pró-governo e

com acesso ao uso da máquina é diferente quando o Governo não goza dessa maioria e possui uma avaliação pública negativa, por exemplo. Há, entretanto, disputas no que diz respeito à ideia do “espírito independentista” da casa. Graça (2014), como mostrado aqui, vê as disputas pela mesa diretora da casa como um exemplo desse espírito. Gershon (2017), entretanto, argumenta que o caso da Mesa Diretora só reforça o governismo da casa. A autora mostra que das últimas 16 eleitas, até 2013, somente em 5 ocasiões o Presidente não era do partido do Governador. Ser do partido do Governador não é um sinal de alinhamento automático. A noção de grupo político, já cunhada na introdução desta dissertação, possui uma capacidade explicativa maior para essas relações. Contudo, o dado ainda é um indicativo importante sobre a autonomia ou não da casa.

2.6 Características dos Deputados da ALERJ

O trabalho de Gershon (2017), entretanto, explora uma dimensão não trazida por Graça (2014), mas que é importante não só para o entendimento da política fluminense como para esta dissertação. Ao analisar as características dos Deputados Estaduais segundo idade, sexo, escolaridade, etc, a autora fornece elementos que podem ser relacionados com a ambição política. De acordo com a autora, a ALERJ é um parlamento pouco jovial. A média de idade encontra-se na casa dos 47 anos, com pouca variação entre as legislaturas. Além de uma média de idade alta, a casa é majoritariamente masculina com uma proporção inferior a 25% de mulheres. Outro dado importante é o das recandidaturas. A autora mostra que, em 2002, a taxa foi de 74%. Isto é, dos 70 eleitos, 52 tentaram a reeleição. Em 2010, essa taxa chegou a 79%. Esses casos são justamente os observados – sob o recorte mais longo e os que tiveram mais sucesso com o decorrer do tempo. Além disso, a taxa de sucesso desses parlamentares que tentam a reeleição é alta, 56% em 2002 e 65% em 2010 (Gershon, 2017).

No que diz respeito à produção legislativa, a ALERJ também possui números expressivos. Gershon (2017) mostra que a legislatura de 2003-2006 teve a maior dominância do legislativo sobre o executivo, na casa de 78%. Em 2011-2014, foi o momento em que houve a maior taxa de sucesso do executivo, somente na casa dos 22% durante o mandato do Governador Sérgio Cabral Filho. O PMDB, então partido do Governador, comandava a ALERJ com a Presidência da casa, a liderança do Governo e a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Apesar desses números dominantes na produção legislativa, Gershon (2017) afirma

que a agenda da ALERJ não possui urgência e prioriza a tramitação de projetos vindos do executivo. A autora mostra que das mensagens que o executivo encaminhou à ALERJ, 97% tramitam em urgência. Outro dado comparativo importante é o tempo de votação. Em projetos do executivo, o prazo de apreciação em plenário é de, em média, 60 dias. No caso de projetos oriundos do próprio legislativo, a média é de 1 ano. Em anos eleitorais essa diferença se acentua. Como demonstra Gershon (2017), o executivo tem maior facilidade de aprovação de sua agenda em anos eleitorais.

Outro ponto importante no trabalho de Gershon (2017) é a discussão sobre a descentralização de poder na casa. Nesse aspecto, ela aborda dois assuntos: direitos a emendas e colégio de líderes. Como já foi visto aqui, os líderes partidários não possuem controle sobre a apresentação de emendas ao orçamento e aos projetos em plenário. Configura-se, então, um amplo arcabouço de direitos de emendamento, tanto em plenário como no interior das comissões. As subemendas, contudo, são de iniciativas exclusivas das comissões. Apesar desse amplo direito de emendas, Gershon (2017) mostra que é vedada a apresentação de emendas com aumento de despesas em projetos de iniciativa do governo bem como em projetos fora da pauta. Isto é, se por um lado é amplo, por outro é restrito. Por isso, segundo a autora, não pode ser uma variável que indique autonomia em relação ao executivo. O colégio de líderes, segundo a autora, é um espaço pouco institucionalizado, mas importante para a negociação política “no varejo” entre parlamentares. O colégio de líderes é o espaço em que há debate sobre a ordem do dia e onde ocorrem as articulações com o executivo estadual. Assim como o colégio de líderes da Câmara dos Deputados – guardadas as devidas proporções em termos de poder e institucionalização – o colégio da ALERJ busca concentrar poder, ainda que de maneira informal, em parlamentares específicos.

Os estudos sobre política estadual e sobre a ALERJ encontram-se baseados na tese de ultrapresidencialismo estadual de Abrucio (1998). Todos eles, cada um à sua maneira, busca enquadrar-se ou mostrar diferença em relação a essa tese original. A maioria desses estudos preocupa-se com macroprocessos legislativos que são importantes para se compreender grandes tendências políticas. Contudo, por vezes, esquecem-se de analisar a particularidade do agente principal desse campo: o deputado estadual. Essa dissertação acredita que pode ser uma forma de complementar esse campo de estudos da política estadual, pois observa de forma criteriosa um tipo de parlamentar de ambição estática que é responsável por profissionalizar processos internos da casa legislativa. A memória política da casa e das relações entre governo e parlamento encontram-se nessas pessoas que estão há mais de 12 anos na ALERJ. A próxima

parte desta dissertação busca analisar as entrevistas desses deputados e seus entendimentos sobre o parlamento estadual e suas próprias carreiras políticas.

3 A DINÂMICA DA AMBICÃO POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO

3.1 Análise das entrevistas

Nesta seção, serão analisadas as entrevistas realizadas com Deputados Estaduais do Rio de Janeiro coletadas para essa dissertação. Para fins de registro, os nomes verdadeiros não serão utilizados – apesar de constar a relação dos entrevistados na introdução da pesquisa. Com isso, faz-se necessário a explicação de perfis de cada um dos entrevistados, de modo que essa classificação preserve a identidade real. Por conta disso, não será identificado seu sexo. Abaixo, os perfis:

- Deputado 1: pastor com formação em teologia e engenharia. Faz parte do partido da base do governo na ALERJ. Iniciou na política a partir do segmento evangélico, principal base eleitoral do candidato. Identifica-se como um político mais à direita.
- Deputado 2: policial militar. Foi Vereador de uma cidade da região metropolitana e depois Prefeito. Faz parte da base do Governo na ALERJ. Evangélico. Identifica-se como um político mais à direita.
- Deputado 3: formação na enfermagem. Fez parte de lutas sindicais pela classe da enfermagem. É oposição ao Governo na ALERJ. Identifica-se como um político mais à esquerda.
- Deputado 4: um dos responsáveis pela fundação do PDT. Foi Vereador da capital por diversos mandatos até chegar a ALERJ. É oposição ao Governo na ALERJ. Base eleitoral na Zona Oeste do Rio de Janeiro.
- Deputado 5: policial militar e presidente de clube de futebol. Faz parte da base do Governo na ALERJ. Base eleitoral na Zona Oeste do Rio de Janeiro.
- Deputado 6: engenheiro com diversas passagens pela administração pública estadual e municipal. Foi Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro. É oposição ao Governo na ALERJ. Identifica-se como um político mais à esquerda.

Cumprе esclarecer que essas entrevistas foram realizadas a fim de observar duas variáveis destacadas nessa introdução: dobradas e grupo político. Acredita-se, pois, que essas duas variáveis são elementos importantes que precisam ser observadas para se discutir a ambição política e padrões de carreira no Rio de Janeiro. Todas as entrevistas realizadas foram

direcionadas a fim de compreender esses dois fenômenos. Optei por categorizar as entrevistas em quatro grandes grupos de respostas: a primeira categorização diz respeito às razões pelas quais os Deputados Estaduais não se candidataram a Deputados Federais. A segunda diz respeito à noção de grupo político, enquanto que a terceira trata sobre as dobradinhas. A quarta e última discute a relação entre grupo político e dobradinhas.

3.2 Por que não Deputado Federal?

Antes de se discutir a questão das dobradas eleitorais e do grupo político, era preciso entender os argumentos utilizados pelos Deputados Estaduais que justificavam sua permanência na ALERJ durante boa parte da carreira política desses parlamentares. Pode-se dizer, então, que a partir das entrevistas identificamos 3 tipos de respostas para essa questão: localista, estrutural e pessoal. Essas sub-categorizações ajudarão na discussão de cada um dos elementos de resposta. Iniciou pela questão localista. O deputado 4, quando questionado porque não tentava se candidatar a Deputado Federal, argumentou que:

D-4: “Eu tenho a questão...a minha região da Zona Oeste ela precisa de uma presença muito constante...eu sou Deputada Estadual do Rio de Janeiro todo, mas a Zona Oeste é minha área de atuação...eu tenho 60 mil votos na Zona Oeste e tenho 8 mil votos fora...que é aquela migração normal...e eu sou nascida e criada naquela região...e seu viesse Deputada Federal, eu tenho certeza que...na última eleição com a votação que eu tive podia ter me elegido...mas eu finco os pés aqui no Rio de Janeiro porque eu acho que o Rio de Janeiro precisa de muito...de Deputados que realmente trabalhem em prol da população, que não tenha medo de enfrentar o poder político, do Governo, ‘né’...que possa fazer oposição...eu sou oposição a todos os Governos daqui...pelo Cabral, Pezão, Witzel, eu sou oposição...oposição por quê? Porque eu discordo da forma com que fazem a gestão pública...é porque eu sou contra”.

Na mesma linha de argumentação, o deputado 5 diz:

D-5: “É, a política é dinâmica, ela é também ocasional...eu acho que eu ainda tenho alguma missão a cuidar na minha terra...eu sou apaixonado pela Zona Oeste...eu acho que eu ainda tenho alguma coisa pra fazer lá, ainda tá faltando alguma coisa. (...) Deus me deu um mandato de Deputado...eu tenho certeza que ele me deu esse mandato justamente pra eu tentar melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro...eu sou da Zona Oeste, eu tenho que começar lá pela Zona Oeste...e eu tenho assim, muita vaidade disso, porque você vai chegar lá, tu vai ver lá o (...) fui eu que indiquei...você vai ver a UPA de Padre Miguel, fui eu que indiquei, você vai ver UPA de Realengo, fui eu que indiquei (...) você não devia perguntar por que...não é porque não fui ser Deputado Federal, porque isso a resposta é óbvia, eu não fui porque acho que eu ainda tenho muita coisa pra fazer na minha terra”.

Esses dois relatos são emblemáticos por algumas razões. A primeira delas é a noção desses parlamentares de que não é possível atuar em prol “de sua terra” ocupando um cargo a

nível federal. Nesse sentido, imagina-se que a ida constante a Brasília bem como a preocupação com os temas nacionais seja um entrave a um desenvolvimento de um trabalho local. Esse elemento chama atenção pela necessidade de se cultivar a ideia de proximidade com o eleitor e com sua base eleitoral. Não é coincidência, por conta disso, que ambos os deputados elegeram seus filhos Vereadores na capital. Ora, se a proximidade é vista como um aspecto valorativo, os filhos exercendo a vereança são instrumentos desse valor fornecido pela proximidade por parte desses parlamentares. A segunda razão pode ser entendida como capacidade de entrega. O deputado 5 relatou que “indicou a UPA de Padre Miguel”. Ao fazer esse tipo de relato, ele entende que não seria possível fazer essa indicação se ele fosse um Deputado Federal. O cargo de Deputado Estadual, pois, é entendido por esses parlamentares como um instrumento de atuação em prol de necessidades pontuais e básicas para o povo de uma região específica do estado. A argumentação localista, contudo, não se restringe a uma região específica, como relata o deputado 6 ao ser questionado o porquê de não vir a Deputado Federal.

D-6: “Porque eu não acho que eu possa fazer pro Brasil o que eu posso fazer pro Estado. Tá entendendo? Se você disser: você conhece as 27 unidades federativas? Eu não conheço. Conheço o Distrito Federal, conheço São Paulo, São Paulo conheço a capital. Aqui eu conheço os 92 municípios, de ficar viajando, de muitos anos de trabalho, conheço as políticas públicas. E eu procuro, aqui na assembleia, me dedicar a temas que a maioria passa longe, eu presido a comissão de tributação, eu não vou pra área que é mole pra mim, engenharia, eu sou membro da comissão de orçamento, da comissão de constituição e justiça, eu não to lá em saneamento, transporte. Eu mesmo me proponho desafios”.

O caso do deputado 6 refere-se a um localismo diferente dos outros relatos. Apesar de não argumentar algo em prol de determinada região do estado, o deputado entende que um Deputado Federal deve ter preocupação com as 27 unidades da federação, não somente com o seu estado. Esse localismo faz com que ele compreenda estar mais “preparado” para defender o Rio de Janeiro na ALERJ do que na Câmara dos Deputados. O localismo, entretanto, não é a única forma de resposta dos Deputados Estaduais entrevistados. Há, ainda, um outro elemento que se relaciona com a noção de grupo político já descrita neste trabalho. A categoria estruturante foi nomeada dessa forma pois entende que a razão pela qual não houve uma tentativa de progressão se dá por um elemento externo ao próprio parlamentar associado a circunstâncias de grupo político. O caso do deputado 2 é um exemplo.

D-2: “Meu filho vislumbrou a candidatura de Deputado Federal, se lançou...eu estou apoiando, é óbvio...ele tem 34 anos, nunca foi candidato a nada e ele falou: ‘Pai, eu tenho o desejo de seguir a carreira política.’ Se preparou...está esse tempo todo sempre me apoiando, me orientando...você sabe que a juventude hoje sabe mais que a gente...eu estou com 60 anos, ele está com 34, ele me orienta nas redes

sociais...tudo isso é ele quem resolve...eu fico aqui apenas obedecendo...as redes sociais é com ele. E agora, ele lançou uma candidatura...vamos torcer pra que ele ganhe, por que a próxima, daqui a 4 anos...não sou candidato a Deputado Estadual...a minha candidatura é o Senado...se tiver êxito, ótimo, vou ficar lá e pendurar a chuteira no final do mandato...ou...se não tiver, ali mesmo eu paro e vou cuidar dos netos”.

O deputado 2 relata que seu filho “se lançou” candidato a Deputado Federal. Ou seja, não foi ele – pai e Deputado Estadual – que lançou a candidatura do filho. Nesse sentido, o parlamentar alega que tem o desejo de ir à Brasília, mas no cargo de Senador. Essa circunstância político-familiar gerou nele uma impossibilidade de se candidatar a Deputado Federal. Pode-se argumentar, então, que há em seu grupo político um outro candidato, por isso, não há espaço para que ele se aventure nessa campanha à federal. O caso do deputado 3 é ainda mais marcante e envolve elementos diferentes da ordem familiar. O relato abaixo obtida durante a entrevista clarifica esses elementos:

D-3: “Não, porque justamente não era o DEPUTADO 3, entendeu? Porque se o DEPUTADO 3 se candidata, o DEPUTADO 3 poderia até ganhar...só que aqui embaixo a gente entendia que ia ficar vazio...a gente tentou fazer Vereadores da enfermagem...e eu tentei por vários partidos...então, assim, essa luta tem o viés ideológico, óbvio, se estiver no meu campo de esquerda, melhor ainda...mas eu nunca deixei de ajudar a enfermagem que quisesse vim para o parlamento...independente de partido político...então a gente nunca conseguiu que uma traçasse o mesmo trajeto que eu, entendeu? Para que a cadeira não ficasse vazia...pelo menos entrasse como Vereadora...então nesses 12 anos, nós tivemos dois enfermeiros que ficaram suplentes...um em Itatiaia e um em Caxias...mesmo assim não é do meu partido nem do meu campo de esquerda...mas a gente tem uma afinidade da luta da enfermagem...pelo menos eu tento...e aí esbarra um pouco na questão política...principalmente em Caxias...mas aí a gente tenta...tentou botar aí essa estruturada enfermagem enquanto uma bancada realmente...nós somos muitas...muitos profissionais da enfermagem...e tem todo um processo que esbarra na questão de gênero, na questão de raça, na questão social...somos uma categoria que não somos patricinhas...somos categoria de poder social muito baixo...principalmente os auxiliares e técnicos...então a dificuldade sempre foi muito grande...e a gente ficou querendo fazer Vereador primeiro...então passava...pra depois tentar”.

De forma transparente, o deputado 3 relata que não houve tentativa de se candidatar a Deputado Federal em virtude de uma falta de estrutura política ao seu redor que o permitisse a isso. Ao argumentar que tentou fazer Vereadores durante anos, percebe-se a tentativa de construir bases – as quais podem ser entendidas como a formação de um grupo político – para alçar voos maiores. Esse relato mostra como é relevante e necessária uma estrutura política com parlamentares de mandato – Vereadores, sobretudo – para uma candidatura a Deputado Federal. A necessidade de aliados políticos com mandato aumenta as chances de vitória na Câmara dos Deputados. Em 2022, entretanto, o deputado 3 acredita que chegou o momento de arriscar uma candidatura rumo a Brasília.

D-3: “E a gente...eu falei pra mim mesma, não dá mais...entendeu? Porque também você acaba ficando num espaço como se esse espaço fosse teu emprego, entendeu? Aí eu falei ‘não, chega, agora eu vou, se entrar, entrou, se não entrar, sinto muito, vou pra casa’. Ah, porque eu já enchi o saco aqui...eu sou uma pessoa também que eu acho que isso aqui não é emprego...não é emprego...entendeu...isso aqui é um cargo de representação...na realidade toda a população devia passar por esses cargos de representação...porque, não tem obviamente...mas eu acho que...assim...é muito difícil sabe...a gente...a gente analisar, ao mesmo tempo que você não consegue fazer talvez em 4 anos...eu também, sabe...tem aquela coisa... ‘pô’, mas vai ficar eterno aqui? Tem gente que fica 10 anos...10 mandatos...são 40 anos...é uma vida...e aí?...e eu acho que passou dois mandatos, são oito anos, tá de bom tamanho...eu já ultrapassei, fiquei 12”.

GG: E por que agora vem Federal?

D-3: “Bem, por causa da...a gente tem agora as condições pra ter gente da enfermagem, entendeu...eu agora tenho...tem dois Vereadores da enfermagem”.

GG: Onde? Aqui na capital?

D-3: “Um em Caxias e outro em Itatiaia, mesmo não sendo do partido...e assim, a gente também vai ganhando fôlego...se fazendo conhecida...eu fui pré candidata a Prefeita...eu queria ser candidata a Prefeita...você vai pegando coragem também pra falar o que você acha...então antes você falava assim ‘ah, não, as pessoas falam melhor do que eu’...eu tremia...porra, como é que eu vou fazer?...mas aí você vai vendo e você ‘porra, não, esse cara aí tá falando...eu posso não falar tão bonito, que eu não fui letrada, mas eu acho que eu não concordo com o que esse cara tá falando, o cara tá falando bonito pra cacete, um monte de palavras...não concordo’...não é isso que a gente vê na realidade...e aí você vai ganhando aquela coragem...de falar, de se meter ali, na linha da humildade”.

Na conversa acima, o deputado 3 assume que irá buscar uma cadeira na Câmara dos Deputados em 2022 porque agora possui “dois vereadores”. Esse relato evidencia a importância da estrutura política – que pode ser entendida na chave do grupo político – para a progressão de carreiras políticas no Rio de Janeiro. Além disso, mostra como a disputa em cargos majoritários é relevante. Por ter sido pré-candidato à prefeitura, o deputado 3 assume que teve visibilidade e, com isso, tornou-se mais conhecido. Com essa visibilidade, aumentam as chances de vitória em uma disputa eleitoral mais competitiva. A resposta estruturante, fornecida pelo deputado 2 e pelo deputado 3, mesmo que diferentes – uma de ordem político familiar e outra de ordem mais política – mostram o entendimento desses parlamentares de que é preciso ter bases políticas para alçar voos maiores, isto é, estrutura de oportunidades.

Por fim, no que diz respeito ao questionamento do porquê não ser candidato a Deputado Federal, o deputado 1 utilizou uma razão da categoria pessoal para tal dúvida. Como alega o Deputado, a idade avançada é uma razão pela qual ele não se candidata a Deputado Federal. Entretanto, enxerga no Senado – talvez por conta da média de idade ser superior à da Câmara dos Deputados – como um caminho viável para progredir na carreira política.

D-1: “É o seguinte, eu já tenho 72 anos, quando eu estava no primeiro, segundo mandato, estava muito feliz, esqueci a minha idade, aí eu fui trabalhando e um dia eu acordei, eu vi que já tinha viajado muito...entendeu... (...) Agora, se for o caso de me

candidatar a Senador...de repente eu faço...mas no meu íntimo eu preferia estar, por exemplo, numa secretaria de obras ou de infraestrutura”.

Portanto, essa primeira discussão sobre o “Por que não Deputado Federal” nos permitiu observar elementos que serão tratados na próxima seção, tais como a questão da estrutura política por meio da ideia de grupo político trazida na introdução desta dissertação. A seção seguinte discutirá a perspectiva dos parlamentares ao serem questionados o que eles entendem como grupo político a partir da atuação deles na ALERJ e nas eleições.

3.3 Grupo político

Esse trabalho entende grupo político como um coletivo de indivíduos que exerce atividade política por meio da ocupação de espaços de poder decisório no sistema político federativo. A ideia de grupo político perpassa o período eleitoral e pressupõe laços consolidados – algumas vezes até pessoais – entre indivíduos. Esse grupo possui uma estrutura de hierarquia interna e processo decisório próprio. Para além disso, os partidos políticos não são equivalentes à ideia de grupo político. É possível – na prática, é a regra – existir mais de um grupo político em um mesmo partido ou o mesmo grupo político estar em partidos diferentes²¹. Com isso, a ideia desse trabalho é que a estrutura organizacional de um grupo político é definidora para moldar a ambição de um Deputado Estadual no Rio de Janeiro, pois ele se encontra no meio dessa hierarquização. Os Deputados, por sua vez, possuem entendimentos diferentes sobre a ideia de grupos políticos. A maioria dos entrevistados não reconheceu fazer parte de grupos políticos. Contudo, com o decorrer das perguntas, percebia-se que, de acordo com a definição trazida por este trabalho, havia um enquadramento de seus relatos nesse conceito, conforme o diálogo com o deputado 1 abaixo.

D-1: “Olha, um grupo político, no meu entendimento, é um grupo que trabalha em prol da sociedade, mas ajustado pela constituição, nós não podemos sair fora da constituição”.

GG: O senhor considera que faz parte de algum grupo político?

D-1: “Eu faço parte de um grupo político, mas esse grupo político não é necessariamente partidário. Eu sou de um partido, mas o partido é o único modo...você não pode ser candidato a nada sem partido”.

GG: Mas o grupo não depende do partido?

²¹Mais uma vez, vale ressaltar que a possibilidade de o mesmo grupo político estar em diferentes partidos é o elemento que diferencia o conceito de “grupo político” para o conceito de “facção”.

D-1: “Não. Isso é complicado...é uma boa pergunta...eu escolho aquele partido que mais se adapta ou que eu mais me adapto...aquilo que eu tenho como filosofia de vida...eu não vou pro PT, porque o PT é a favor do aborto, quem vota em mim não é...o PT eu falo partido de esquerda, o PT, PSOL”.

GG: E aí, o senhor falou que o senhor se identifica, que faz parte de um grupo político, além do senhor, eu acredito que tenha outras lideranças que fazem parte do seu grupo, quem seriam essas lideranças?

D-1: “Basicamente, nós atuamos em três...nós temos o Deputado Federal, que é o Sóstenes Cavalcante, o nosso Vereador...nosso grupo político é esse...Vereador Alexandre Isquierdo, e aqui eu como Deputado Estadual. Todos nós temos sido reconhecidos pela atividade que nós desenvolvemos, porque todos nós temos funções muito importantes, por exemplo, eu aqui sou vice-presidente, eu trabalho na mesa...a mesa é a organização mais importante de um parlamento e também eu sou presidente da frente parlamentar cristã, antes era evangélica...e eu sou presidente de várias frentes internacionais, frente parlamentar da Suíça, da Alemanha, Portugal e China. O meu colega, o Sóstenes, participa de uma comissão muito importante lá, e ele é presidente da frente parlamentar evangélica, no senado lá...lá é importante...o Esquerdo também participa da comissão de ética, então nosso grupo tá indo bem, nós temos representatividade”.

O relato do Deputado 1 possui várias fases. A primeira delas é a negação. Ao definir um grupo político como pessoas que trabalham em prol da sociedade, o parlamentar fornece uma resposta genérica e insuficiente para a questão. Em um segundo momento, já se discute a relação entre grupo e partido e, no final, fica claro o seu verdadeiro entendimento sobre grupo político: um vereador, um deputado federal e ele. Esse diálogo evidencia que, apesar de um grupo político não caminhar de forma conjunta com um partido, eles precisam conviver de forma harmônica. Não seria razoável, no caso do deputado 1, participar de um partido político cujas ideias contrastam com os valores e princípios de seu grupo político. Nesse caso, um mínimo de afinidade se faz necessária do ponto de vista ideológico. Contudo, o elemento mais importante da resposta do deputado 1 se dá no relato da estrutura hierárquica do seu grupo político. Ao afirmar que participa de um coletivo que já possui um Deputado Federal, é razoável supor que, caso ele optasse por concorrer a uma cadeira à Câmara dos Deputados ele teria duas opções: 1) convencer o Deputado Federal a abrir mão de sua reeleição em prol dele; 2) buscar outro grupo político em que ele possa ser candidato a Federal.

Nesse sentido, há uma estrutura hierárquica já montada que funciona como uma limitação para sua carreira política. Da mesma forma que ele “se prejudica” com isso, há um benefício. O Vereador, por exemplo, cargo mais baixo dessa estrutura de um grupo político com mandato, possui opções ainda mais limitadas. No caso dele, não há possibilidade de vir candidato a Deputado Estadual e nem a Deputado Federal, pois seu grupo político já tem esses espaços preenchidos. A estrutura de hierarquia é uma característica marcante dos grupos políticos no Rio de Janeiro e isso se encontra diretamente associado às estruturas de oportunidade de um parlamentar na hora dos desenvolvimentos dos padrões de carreira política.

Um grupo político para existir, entretanto, não precisa ter necessariamente a tríade Vereador – Deputado Estadual – Deputado Federal. É possível existir grupos políticos com apenas parte dessa estrutura, como é o caso do deputado 2.

D-2: “Eu não tenho grupo político, nem tinha, eu sempre digo que é uma família. Todos que vem fazer parte da família...aqui chegam e aqui ficam...eu não sei se dá pra você entender, mas não é qualquer um que tem cinco mandatos. (...) Tem dado certo, tem funcionado, as pessoas sabem que aqui vão ter um padrinho, vai estar abraçado, a gente vai estar sempre buscando da ajuda àqueles que fazem parte da família e trabalhar pra sociedade, que é o que eu faço sempre, com os meus projetos de lei, defendendo os interesses da comunidade, lutando contra o PSOL.”

GG: Quais são as lideranças dessa família? Vamos pensar numa estrutura familiar, tem um pai, uma mãe?

D-2: “Não, aqui é o seguinte, não é liderança, a gente fala família por que, você geralmente protege quem? Sua família.”

D-2: “Então, é isso, a pessoa se sente protegida, a pessoa se sente fazendo parte de uma coisa bacana. Tá doente? ‘Fulano tá doente, meu padrinho, fulano tá doente, o quê que está faltando? Vamos lá ver o que está precisando’. Por que não adianta as pessoas falarem que não, o Deputado tem conhecimento; às vezes o cara está numa situação que ele pode dar uma ligada pra um médico amigo dele, ‘Dr., atende por favor, é amigo meu.’ As vezes o cara está numa condição, sofreu um acidente, você corre pra ver o que pode ser feito, é da natureza política do nosso país. Quem falar pra você que é diferente, é mentiroso, você está aqui sempre pra fazer aquilo que você se propôs a fazer. Está aqui fazendo projeto de lei, fiscalizando erário público, olhando as coisas que estão certas e erradas, mas você também tem que fazer aquele lado social, que as pessoas te procuram, são amigos, são parentes, a própria família que você vem adotando, as pessoas que vem fazer parte te ajudam no dia a dia. (...) Até então, alguns anos atrás, você podia ter um centro social; e olha que ajudava muito, porque centro social nas comunidades, onde não tem um posto de saúde, aonde não tem hospital, onde não tem uma clínica, um Deputado, um Vereador, um Prefeito, qualquer um que fosse lá e colocasse um médico pra atender, alguém fazer alguma coisa, um fisioterapeuta, um advogado para orientar, eu não vejo crime nisso, mas eles criminalizam e muitos desses centros sociais foram fechados”.

GG: Deputado, o senhor usou muito o termo família, o senhor entende que hoje o senhor é o principal responsável pela Família que você faz parte?

D-2: “Sim, hoje sou eu mesmo, não tem outro. A família hoje tem a liderança exercida por mim”.

Mais uma vez, existe o não reconhecimento da ideia de grupo político. O entrevistado, então, utiliza o termo “família” - que na prática se refere a mesma relação. No relato acima vemos dois elementos importantes: a hierarquia e a sustentação política desse grupo. A liderança máxima dessa hierarquia é o Deputado Estadual, não o Deputado Federal. No caso do deputado 2, seu grupo político não possui uma representação na Câmara dos Deputados.

Por isso, o filho desse parlamentar tentará preencher essa lacuna. Entretanto, como não houve eleição e não se sabe da vitória ou derrota de seu filho, quem exerce a liderança sobre a “família”/grupo político é o próprio Deputado Estadual, diferentemente do caso do Deputado 1.

A sustentação política também chama atenção no relato. O deputado entende que a função dessa “família” é ajudar seus “apadrinhados”. O relato mostra que há uma tendência na oferta de benefícios contingentes que são obtidos mediante ao acesso que um parlamentar tem às estruturas de poder administrativa do estado do Rio de Janeiro, como hospitais. Portanto, a oferta de benefícios contingentes e localizados – prática que pode ser entendida como clientelismo – pode ser compreendida como a forma de atuação dessa “família”/grupo político. Há, entretanto, outra compreensão de grupo político entre os deputados entrevistados. Essa concepção está mais associada a uma atuação dentro da ALERJ, conforme relato do deputado 3 e do deputado 4.

D-3: “Grupo político...é assim...pra você conseguir as coisas aqui dentro...você tem que ir além de um processo partidário. Você não consegue só pelo processo partidário, porque você...você não tem uma bancada, entendeu?”

D-4: “Grupo político vai existir sempre...tem um grupo político que pertence aos amigos do Governador, é um grupo político...e tem um outro grupo político que são aqueles que são independentes, que é o meu caso...caso do Deputado Luiz Paulo...que nós somos independentes...e tem um outro grupo político que se diz de extrema esquerda...então grupo político tá muito sintonizado nessa área aí”.

Em ambos os relatos, os deputados compreendem a ideia de grupo político como um coletivo de pessoas de dentro do parlamento que atuam de forma conjunta a fim de promover defesa de bandeiras e conjunto de políticas públicas. Com isso, vê-se que a ideia de grupo político não é homogênea e necessariamente clara quando discutida com os Deputados Estaduais entrevistados. Entretanto, para fins do entendimento desta pesquisa, foram questionados nas entrevistas dos deputados 3 e 4 questões particulares a cada um deles. O deputado 3, por exemplo, foi questionado se ele apoiar candidaturas de Vereadores em cidades do Rio não configura a formação de um grupo político em torno dele. O deputado 3 respondeu:

D-3: “É.. a ajuda...a ajuda é assim: ‘Ah, DEPUTADO 3, posso botar sua cara num panfleto?’ Ai eu falo o seguinte, ‘você finge que essa foto...’ se for tirada na época eleitoral...eu até falo: ‘finge que foi tirada antes’...se não pode dar algum problema no TRE...só que a minha ajuda é essa, entendeu? Eu não vou falar...os que procuram aqui...tem outros candidatos da enfermagem que nem procuram, então...agora aqueles que vêm aqui conversar, eu falo assim: ‘ué, vocês podem usar o que vocês quiserem, pegar as leis que eu fiz e usa pra vocês, isso aqui não é nosso, isso aqui é do povo, o que for bom pro povo pode utilizar.’ Então eu...a minha ajuda é mais a minha cara...entendeu...”

GG: A sua credibilidade.

D-3: “A credibilidade, é. Que financeiro, meu filho, eu não tenho nada”.

Não é razoável supor que seja um processo tão simples conforme o descrito pelo deputado 3. Um político, por precisar de votos, está constantemente preocupado com quem a sua imagem está associada. Essa preocupação ocorre, pois à medida que um político precisa de

voto para se eleger, sua credibilidade é colocada como ponto central no processo eleitoral.

Com isso, ao precisar de votos, a preocupação com sua imagem é latente. Nesse sentido, ao permitir que um candidato a Vereador utilize a sua imagem em um material de campanha, espera-se que existam minimamente valores em comum e que esse Deputado Estadual obtenha um ganho com esse gesto. Em caso de vitória, por exemplo, conforme relatado inicialmente pelo deputado 3, ele ganha uma base de apoio e sustentação político-eleitoral. Percebe-se, então, um movimento na tentativa de construir e formar um grupo político cuja liderança maior é exercida pelo Deputado 3. Houve, além disso, um questionamento ao Deputado 4 com relação ao papel do seu filho. Como já relatado aqui, o filho é Vereador da capital.

GG: O seu filho é Vereador. Acha que seria razoável a gente pensar que você e o seu filho são um grupo político?

D-4: “Não. Nós somos um grupo político sim, porque a relação do nosso trabalho é a nossa região...agora a definição do partido dele, quem decide é ele...tá certo? Quem decide é ele...porque a gente fala assim: temos que fortalecer os partidos políticos, né...bom, depois dessa votação que eu vi em Brasília²², esquece ‘né querido’, esquece ‘né’...não precisa falar mais nada”.

Após a contradição inicial – o instinto inicial diz que não é um grupo político e depois reconhece que sim – lembra-se, mais uma vez, a dimensão localista de atuação. Nesse aspecto, o Vereador é mais um instrumento de atuação desse grupo que privilegia a política local. Além disso, também vale observar a natureza desse grupo político: familiar. A noção de pai/mãe e filho torna ainda mais clara a atuação de um grupo político que age de maneira coletiva e coordenada em prol de objetivos eleitorais comuns. Nem todo grupo político é composto por membros da mesma família, porém, dificilmente uma mesma família não compõe o mesmo grupo político. Contudo, o último elemento desta seção sobre grupo político chama ainda mais a atenção: o controle absoluto da liderança. O relato, do deputado 6, mostra o poder da liderança maior do grupo sobre a carreira de um parlamentar.

D-6: “pela primeira vez, eu cogitei ser de fato candidato, aí imaginei que ia ser candidato a Deputado Federal. Tinha muita certeza que o projeto poderia dar certo, pela popularidade que eu tinha, e aí comecei a trabalhar nesse sentido, chegou às convenções, fui chamado pelo candidato a governador, que era o Marcelo (Alencar), ‘tem movimento no partido querendo lançar de vice uma pessoa que eu prefiro não dizer o nome, que não tem perfil, não é ligado às bases populares e uma série de argumentação, o candidato a vice tem que ser você’. Como é que eu digo não? Tá bem. Ganhamos. Mas chegou em 98, novamente, eu disse já que lá eu não fui, vou novamente lançar meu nome para Deputado Federal, eu, vice-governador, não era o rei da popularidade, mas teria voto suficiente para me eleger. Aí chegou nas proximidades da eleição, Marcelo (Alencar) me chamou: ‘tô aqui com minha perna

²²Fala referente a votação da “PEC Kamikaze”. Ver:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-pec-kamikaze-aprovada-congresso-npre,70004115695>

esquerda cada vez pior, não dá pra eu ser candidato...' era reeleição, ia ser a primeira reeleição; 'que você acha que eu faço, não sei o que?' Aí eu falei: convida o fulano, aí ele convidou, o fulano aceitou, passou uma semana, desistiu. Me chamou de novo e falou: pô, o candidato tem que ser você. Eu falei 'tá bem', deixo de ser candidato a deputado federal para ser candidato a governador, e fui, perdi a eleição. Chegou 2000, eu fui candidato a vereador, eu queria ser candidato a prefeito, aí novamente eu fui chamado, 'pô' a bola da vez agora é o Ronaldo César Coelho".

As alegações do Deputado 6 mostram que sua carreira política esteve, durante diversos momentos, em função de circunstâncias alheias e diferentes de sua vontade. Esse elemento coaduna com os pressupostos da teoria da ambição política na ideia de estrutura de oportunidades. Não bastava o desejo de ser candidato a Deputado Federal, era preciso ter condições políticas para efetivar essa candidatura. Não obstante, o relato mostra como a hierarquia aparece como outro elemento-chave. O grupo político comandado por Marcelo Allencar que tinha como um de seus participantes o Deputado 6, definia o lançamento dos cargos eletivos por meio da vontade dessa liderança maior. Isto é, o grupo político moldava a ambição desses parlamentares.

A noção de grupo político, conforme visto nos relatos trazidos nessa seção, é complexa e coberta de camadas diferentes de compreensão. Em alguns momentos se relaciona com famílias – como no caso dos deputados 2, 3 e 4 – em outros momentos se encontra voltado a uma relação de afinidade política, mas não sanguínea – como no caso dos deputados 1, 5 e 6. Porém, é razoável supor que as dinâmicas internas em cada um desses grupos, sejam eles originados em famílias ou não, possuem o potencial de moldar as estruturas de oportunidades que promovem ou não a ambição política desses parlamentares. Se há um grupo com a tríade – Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal – já estabelecida a progressão é mais difícil. Por sua vez, se há um grupo cujas bases ainda estão sendo construídas e formadas, as possibilidades de progressão são maiores. Contudo, essa progressão respeita uma espécie de hierarquia, de modo que quem já tem mandato possui prioridade – como é o caso do deputado 3.

3.4 Dobradinhas

1) Definições

O conceito de dobrada é nativo. Nas entrevistas, nenhuma das perguntas utilizava esse termo. Quando questionado sobre o tema, a pergunta era sobre “alianças políticas em períodos eleitorais”. Entretanto, essa dissertação já trabalhava com o conceito de dobradinha, mas por uma opção metodológica, escolheu não utilizar o termo com os entrevistados a fim de verificar a impressão deles com relação ao termo. A ideia de dobradinha se trata de uma aliança eleitoral circunscrita ao período da eleição entre candidatos a deputado federal e deputado estadual cujo objetivo principal é a transferência de votos. Toda dobradinha visa a transferência de votos, pode ser transferência do federal para o estadual, vice e versa ou uma transferência mútua. O funcionamento dessa dobradinha pode se dar de várias formas, conforme foi descrito pelos Deputados Estaduais. Entretanto, nesse primeiro momento, gostaria de elencar algumas definições de dobradinhas colhidas nas entrevistas, como a do deputado 2, que quando perguntado sobre alianças eleitorais, respondeu:

GG: O senhor usou o termo “dobrada”, o senhor pode explicar melhor esse termo?

D-2: “Você pede pra ele, ele pede pra você”.

GG: Como assim?

D-2: “Geralmente, a minha área de atuação política é Rio Bonito e região, então, ali eu sou forte, porque eu sou nascido ali. Aí eu fechei com o José Carlos Coutinho, na minha primeira campanha, o finado, que Deus o tenha em bom lugar. Ele era de São Gonçalo, Niterói, aquela área, então ele montava a equipe dele lá, eu montava a minha aqui, eu pedia pra ele aqui, ele pedia pra mim lá, e assim foi sucessivamente”.

O relato do deputado 2 nos fornece uma série de elementos interessantes para análise.

O primeiro deles é a definição de dobrada. Como o próprio parlamentar define, há um pedido mútuo de votos entre os candidatos. Nesse sentido, em uma determinada região da cidade esse candidato a deputado estadual pede voto para um candidato a deputado federal e assim mutuamente. Essa definição reforça o caráter essencial do que é a dobradinha: transferência de votos. Por conta do sistema eleitoral de lista aberta possuir uma certa instabilidade eleitoral, essas dobradas aumentam o raio de atuação de um determinado parlamentar. O caso do deputado 2 é um exemplo disso. Ele possui uma área de atuação definida em uma cidade, enquanto que o deputado federal em outra. Nesse sentido, eles se ajudam mutuamente em espaços onde ambos são fortes. Essa relação é o que caracteriza a dobrada. Outro entendimento de dobrada é compartilhado pelo deputado 5, de forma menos operacional.

D-5: “O que que é dobradinha? dobradinha, primeiro o enfoque é esse...a pessoa ter...o cara vai chegar lá e vai dizer eu gosto de...o que eu faço muito é candomblé, eu gosto...eu sou ligado ao candomblé...eu vou falar nossa dobradinha vai ficar difícil porque eu sou evangélico, eu acredito no Deus vivo...aí como é que eu vou...como é que vai ser essa dobradinha? Vai ser complicada...por isso que eu digo...o cara tem

que ter um nicho, o cara gosta de esporte, gosta de artes...isso me pega, eu sou poeta, eu sou compositor...tenho livro de poesia, eu tenho um livro chamado pedaços de vida, de poesias...não preciso ser exclusivo com ele...eu posso fechar com um cara Deputado Federal na Zona Oeste, em Bangu, do esporte, ou Padre Miguel, Realengo...e posso fechar em campo grande pra aula de...que eu gosto muito...de dança, de dança de salão, de ginástica...gosto disso também, sou esportista...a vida toda eu joguei bola (...) Dobradinha porque eu vou...por exemplo...na região de Bangu eu vou atuar com um Deputado Federal. Deputado Federal, ‘vem cá o que que você pode vir pra cá fazer?’ ‘Ah eu posso ajudar, vamos fazer um projeto de...uns projetos de esporte’...então esse cara serve para minha cabeça”.

Em virtude da sua atuação localista, o deputado 5 ressalta a necessidade de ser um candidato a deputado federal que, além de possuir princípios compatíveis com os dele, sobretudo do ponto de vista religioso, é preciso ter uma entrega para a sua região de atuação.

Nesse sentido, a aliança eleitoral funcionaria como uma consequência de um trabalho regional desenvolvido. Por conta disso, não se entra no mérito propriamente eleitoral da aliança, diferente do deputado 6.

D-6: “Olha só, alianças políticas, é um ‘modo sem réguas’...o que a gente chama aqui...o que a gente faz é dobradinha, mas as dobradinhas não são uma aliança. O que é uma dobradinha? Eu sou forte numa determinada região, eu particularmente com voto de opinião, vamos falar de mim, 70% do meu voto é da cidade do Rio de Janeiro, 30% para fora, dos 70%, 50% está naquilo que eu chamo de Zona Sul, que vai da Barra da Tijuca até Copacabana...aí eu tenho voto em Copacabana, aí vem um Deputado Federal... ‘Posso fazer uma dobradinha contigo?’ É fazer o papel junto. Num voto de opinião, eventualmente, fazer comícios domiciliares, não tem mais comício de rua...e quanto ao partido, é uma outra região que ele tenha voto, tenha prestígio...você está entendendo? É mais uma parceria eleitoral...eu não tenho essa história do alinhamento...e eu também, em geral, por eleição...então, por eleição eu não faço mais do que 2, 3 dobradinhas. E até porque, cá entre nós, pra quem tem voto de opinião, isso não tem muita expressão não...a gente não sabe medir, porque tem gente que faz a dobradinha porquê quer que o outro banque a campanha, não é o meu caso...até porque o outro lado também sabe que, eu tendo voto de opinião...transferência de voto de opinião é difícil, fácil é transferência...fácil não, um pouquinho mais fácil é transferência de voto distrital.”.

As alegações do Deputado 6 mostram que, ao realizar uma dobrada, também é preciso considerar o tipo de voto que cada parlamentar possui. No caso dele, por exemplo, em que afirma possuir um voto de opinião²³, ele argumenta que a dobrada consiste em “fazer papel junto”, de modo que não entra na questão financeira e nem na montagem de equipe trazida pelo deputado 2. A diferença no perfil do voto é crucial para a compreensão dobrada desses parlamentares. O caso do deputado 4, que possui um voto regionalmente concentrado – que pode ser lido sob a chave do voto distrital, de acordo com o Deputado 6 –, mostra como isso é fundamental para essa definição.

²³O voto distrital pode ser lido sob a chave da geografia eleitoral. Ele se faz presente quando há uma concentração de votos por parte de um candidato em uma área espacial-geográfica bem delimitada.

GG: Como é que funciona isso na campanha (dobrada)?

D-4: “Andamos juntos...nas diversas reuniões, nos diversos bairros, nas favelas, nas periferias...a gente anda junto.”

GG: Vocês produzem material conjunto?

D-4: “Conjunto. Material conjunto. Meu e dele.”

GG: Então seria material conjunto e reuniões conjuntas?

D-4: “Sim, sim...porque, por exemplo, na última eleição eu consegui transferir pro Pedro Paulo 12 mil votos...que é uma façanha ‘né querido’.”

Mais uma vez, a ideia do material conjunto aparece nos relatos dos envolvidos. Para além disso, a ajuda mútua de um pedir votos para o outro na região também é uma regra das dobradas. Contudo, nesse relato há um elemento interessante: a medição. De acordo com o Deputado 4, houve, por meio da atuação dele, uma transferência de 12 mil votos para o Deputado Federal. Isto é, por conta da relação política construída naquela região, a dobrada obteve um número expressivo de votos transferidos. Essa medição de sucesso valoriza a relação construída entre os dois. O Deputado Estadual passa a ser entendido como um agente capaz de transferir votos de forma relativamente previsível e segura – no caso daqueles que possuem voto distrital²⁴ – para seu candidato a Deputado Federal. Nesse caso, especificamente, trata-se de parlamentares de partidos diferentes. Tanto Pedro Paulo quanto o Deputado 4 não faziam parte do mesmo partido. Esse elemento também mostra que a dobrada não possui, necessariamente, um viés partidário. Contudo, o caso do Deputado 3 se manifesta de forma diferente.

D-3: “Nunca fiz dobrada fora do meu partido”.

GG: Dobrada?

D-3: “É, chama o Estadual e o outro Federal”.

GG: Mas como é que funciona isso?

D-3: “Olha, pra mim é o seguinte...o partido, ele se reúne e decide quem são os candidatos Federais, certo? Quem são os candidatos Federais? Tem uma lista...quem são os candidatos Estaduais? Tem outra lista...então eu, particularmente...o dinheiro...agora depende de dinheiro, mas antigamente era...sempre foi o partido que me deu...papel, papel, papel, papel, papel, papel, cartãozinho...só que, o financeiro sempre vai pro Deputado Federal...aí o Deputado Federal faz o panfleto e bota a tua cara ali junto...faz o cartãozinho e bota a tua cara ali junto...te ajuda...sei lá...com uma gasolina, um carro pra você alugar...vem pro Deputado Federal...a gente acaba sendo a corrente de transmissão do Federal. (...) então a minha dobrada sempre foi com os nossos candidatos do partido...Jandira, Edmilson Valentim”.

²⁴O voto de opinião pode ser entendido como uma tipologia eleitoral referente a candidatos que não possuem limitação geográfica em seu quantitativo de votos. Nesse sentido, a trajetória política do candidato encontra-se mais associada à defesa de pautas e bandeiras políticas gerais ao invés de se colocar como um representante de um determinado território específico.

Para além do elemento partidário contido no relato do deputado 3, percebem-se outras duas questões interessantes: a financeira e o papel político do estadual. A questão financeira é clara quando o deputado alega que “o financeiro sempre vai para o Deputado Federal”, de modo que se cria uma necessidade, por parte do Deputado Estadual, de gerar uma aliança com esse candidato a Deputado Federal para conseguir obter recursos financeiros para a sua campanha. A realidade é que, de acordo com esse relato, o Deputado Estadual precisa que o Federal dê suporte financeiro para sua candidatura. Por isso, surge a questão do papel político. À medida que o deputado se identifica como uma “corrente de transmissão” do federal, essa categoria serve tanto para o sentido financeiro quanto para o dia a dia político. A relação entre eles é de troca. Se o federal garante o financeiro, o estadual deve garantir a política com a transmissão desses materiais de campanha conjuntos e a organização de agendas²⁵. Em dobradas que não são do mesmo grupo político, assemelha-se a uma relação comercial de troca de serviços políticos.

2) Caráter e critérios de dobradas

Posterior a conceituação por parte dos entrevistados do que eles entendem como dobradas, faz-se necessário compreender qual é o caráter dessas dobradas²⁶ e quais são os critérios utilizados para a sua formação. No que diz respeito ao caráter das dobradas, o deputado 2 é taxativo.

D-2: “Geralmente territorial, e você divide as despesas, é óbvio, material de campanha, se tivesse de fazer 1 milhão de santinhos, eu fazia 500 mil, ele fazia 500 mil e ambos com a cara dos dois, isso barateia o custo da campanha”.

GG: E geralmente o senhor tinha várias dessas dobradas pelo Estado?

D-2: Não, eu sempre fiz uma única dobrada, eu nunca fui de fazer 3, 4 dobradas, tem gente que faz, fecha com 3, 4 Deputados Estaduais, 3, 4 Deputados Federais, eu gostava de fazer apenas com um, pra evitar esse problema de matéria, de área, de ciúme, essas coisas.

O deputado 1, por sua vez, propõe uma visão complementar.

D-1: “É mais temática”.

GG: É mais temático?

D-1: É, por causa da minha crença...principalmente porque eu sou evangélico, e os evangélicos, eles são uma parte da sociedade importante. Por exemplo, eu sou evangélico, ‘nego’ antigamente pensava que evangélico era só peão...peão de carregamento, motorista de caminhão, o cara que trabalha varrendo a rua...hoje você

²⁵ As agendas, nesse caso, são compreendidas como reuniões com potenciais eleitores organizadas por políticos ou lideranças locais.

²⁶ O caráter, nesse sentido, é observar: (i) territorial ou temática e (ii) com mais de um candidato ou não.

tem juiz, desembargador, o nosso supremo, um ministro, tem gerais, toda sociedade está representada...o cara que vai...quando é pra ser Deputado que não é evangélico...ninguém quer saber que ele é católico, que é espírita, nada, mas só o evangélico que implicam, porque o evangélico, ele tem uma mensagem mais contundente, tem crescido muito, então o pessoal fica igual ‘siri dentro da lata’.”

Ao analisar ambos os casos, é possível dizer, em um primeiro momento, que são relatos contraditórios. Porém, não são. Utilizaremos o caso do Deputado 1 como exemplo. Por ser um parlamentar cuja base é evangélica, sua principal forma de angariar votos se dá pela sua pauta temática. Porém, dentro da pauta temática é possível fazer uma divisão territorial. No início desta parte, o deputado 1 relatou que ele “abriu” alguns municípios para se aliar com outro. Ou seja, a lógica é temática, mas inserida dentro de um território. Deputados que não possuem voto de opinião, mas sim distritais em virtude de um passado político na prestação de serviços, como o Deputado 2, enxergam a dobrada somente pela lógica territorial, pois não possuem uma defesa segmentada de um setor da sociedade. Ambas as compreensões sobre o tema estão corretas, mas circunscritas à realidade política de cada um deles. O Deputado 6 faz um relato importante sobre isso.

É justamente a partir da lógica territorial que se permite a dobrada com mais de um candidato a Deputado Federal. Conforme relatou inicialmente o deputado 6, é comum que Deputados Estaduais dobrem com mais de um Deputado Federal. O Rio de Janeiro possui 92 municípios. É possível organizar dobradas divididas por regiões do estado, por cidades ou até mesmo por bairros. Essa possibilidade de organização molda diversas campanhas de Deputados no Rio de Janeiro.

D-6: “Eu dobrei na última eleição, que era do meu partido, PSDB, dobrei no segmento da luta dos passarinhos com o Deputado Otávio Leite...dobrei na cidade do Rio de Janeiro quase toda, com a então Vereadora e atual Vereadora, que foi candidata a Deputada Federal Teresa Bergher, é um mulherão do PSDB...foram minhas duas dobradas...posso até ter tido aí uma pontinha...mas as duas dobradas foram essas.”

Esse caso é ilustrativo da divisão tema e território. O Deputado 6 realizou uma dobrada em um segmento bastante específico – passarinhos – e outra no resto da cidade. Ou seja, nos locais que eram clubes de passarinhos, ele entregava um material de divulgação política e propostas com o Deputado Otávio Leite, enquanto que no restante da cidade, o material com a Teresa Bergher. Essa divisão retrata de forma clarividente as potencialidades de divisões de dobradas no Rio de Janeiro. O caso do Deputado 3 colabora com esse discurso.

GG : É possível ter mais de uma dobrada em uma eleição?

D-3: “Sim. Eu já tive oportunidade de ter Jandira e Edmilson na mesma eleição”.

GG: Aí uma dúvida. Você tem uma atuação mais associada à pauta da enfermagem. Vamos usar isso como um segmento. As dobradas, elas são dobradas segmentadas, ou seja, temáticas, ou são territoriais?

D-3: “Não. Aí é territorial”.

GG: Uma curiosidade. Pensando sobretudo para os Federais, com exemplo da Jandira e do Valentim, vamos supor, eles produzem o panfleto deles com você. Aí você entrega pra enfermagem. Mas aí não seria você pedindo pra dois Federais diferentes pro mesmo campo?

D-3: “Pode ser, às vezes eu já levei por exemplo...eu sei que no hospital federal muita gente sempre gostou da Jandira...eu votava na Jandira...sempre votei...e a gente aí tem a linha que sabe que a maioria é fechada com a Jandira...aí eu fui lá pra Varre-Sai, eu quero levar o Edmilson”.

Assim como o Deputado 1, há uma interseção entre tema e território a ser explorado pelo deputado 3. Ou seja, ele poderia dividir suas dobradas segmentadas – no setor da enfermagem – em hospitais. Por exemplo: nos hospitais da região metropolitana trabalhar para um Deputado Federal, enquanto nos hospitais da região norte e noroeste do estado trabalhar para outro. Essa divisão é possível, apesar de exigir um esforço de coordenação política considerável. Há, contudo, os que preferem fazer apenas uma dobrada por eleição, como é o caso do deputado 4.

GG: Você faz dobrada exclusiva?

D-4: “Eu não sou mercadoria para estar exposta na prateleira ‘ah, vem pra cá...ah, eu também te quero’...eu não sou mercadoria, não estou exposta na prateleira...faço campanha de um só”.

Não obstante o caráter da dobrada, é preciso compreender os critérios que são levados em consideração para a formação dessas dobradas. Ao ser questionado, o deputado 1 argumentou.

GG: Quais os critérios que o senhor utiliza para definir a sua aliança, sobretudo com Deputados Federais. Por exemplo, esse candidato que o senhor fez em Macaé e Volta Redonda, ele também era evangélico? Isso é um critério?

D-1: “Não. Aí o critério é político.”

GG: Como é esse critério político?

D-1: “O critério político é aquela pessoa que está no nosso partido, porque já tem um conhecimento, uma evolução...politicamente falando, como Federal, porque, quando eu digo pra você que eu estou apoiando outro candidato, é um outro Federal, certo?”

GG: Quem foi o Federal?

D-1: “O presidente do nosso partido, do DEM, Rodrigo Maia. O Rodrigo Maia, mentalmente, ele não tem o mesmo pensamento que eu, ele é mais liberal, em termos de gay, essa coisa toda, mas, produtivamente em termos de produtividade parlamentar, era um cara que tinha um aval do ‘camarada’ que me indicou ele. Te falei que o Federal escolheu alguns candidatos e eu fiquei à disposição e ele me autorizou...eu sou um cara muito ético.”

A partir do relato vemos que apesar do Deputado 1 não possuir afinidades ideológicas com o Deputado Rodrigo Maia, a dobrada foi concretizada por conta de um critério político.

Ou seja, nesse caso, a máxima da dobrada é o que vale: transferência de votos. A ideologia, nesses casos, fica para o segundo plano. Essa máxima também foi observada pelo deputado 2 ao elencar as razões pelas quais escolheu a sua dobrada.

D-2: “Ele já foi Deputado Federal, tinha 4 ou 5 mandatos na época, o meu era o primeiro, já exercia uma liderança na área dele, já era bem conhecido, pra mim era vantajosa, por ele ter aquela quantidade de mandato, além de eu estar dobrando com um cara experiente e tudo mais, eu é óbvio, ia ter uma condição de voto melhor”.

GG: Então seria a quantidade de mandatos e essa liderança no cardo?

D-2: “Liderança, o que ele tem, o como o cara é, você não vai fechar com um cara que não exerce liderança nenhuma, que não tem nada, é perda de tempo”.

Contudo, a noção de dobrada não possui unanimidade no que diz respeito a sua importância política. A maior parte dos entrevistados tratou do assunto como algo que é importante para a estruturação política de suas eleições. O Deputado 6, entretanto, tratou a questão da dobrada de forma menor.

D-6: “As dobradinhas pra mim não são fundamentais. Como vai fazer dobradinha com as redes sociais aí?”

O questionamento do parlamentar é bastante legítimo. É possível pensar dobradas eleitorais no campo virtual e outras no campo real? É uma questão que se coloca para o desenvolvimento dos estudos sobre o tema bem como a sua importância para a análise política.

3.5 Relação entre dobradinha e grupo político

Além da dobradinha em si, não é possível discutir esse tema sem realizar uma ligação com a ideia de grupo político. O caso do deputado 2 é marcante nesse sentido.

D-2: “Eu fiz isso por cinco vezes. Nós fizemos parceria política para que tivesse uma pessoa de âmbito federal, pra quando eu precisasse resolver qualquer situação de âmbito federal; eu ter um Deputado que eu ajudei a eleger, veja bem, ajudou, porque ninguém elege ninguém. A gente ajuda, faz algum trabalho, faz parceria, só que todas as cinco vezes não funcionou”.

GG: Por que não?

D-2: “Porque acaba a eleição, o cara vai pra Brasília e não te atende mais, nem telefone. Eu fico imaginando como as pessoas sofrem porque eu que sou o Deputado Estadual, estou aqui, fiz uma dobradinha com o cara, trabalhamos, ganhamos e depois, aquela coisa assim: ‘manda o assunto e manda por e-mail, que nós vamos ver e vamos marcar’. Isso ficava sempre nítido, aí meu filho, com a experiência que ele tem hoje, que vem comigo, falou: ‘Pai, eu vou me lançar, por que em vez de nós ajudarmos alguém, eu vou vir candidato, não vai ter como fugir, está na família, porque está na família’. Então, eu gostei da ideia dele, a iniciativa foi dele, não foi minha, entendeu?”

GG: E com quem, se puder falar evidentemente, você dobrou na eleição passada?

D-2: “Eleição passada eu dobrei com o menino do Detran, Vinícius Farah”.

GG: Entendi, eu imagino que, agora, nessa eleição, o senhor vai dobrar com seu filho?

D-2: “Sim. Agora só eu e ele, sem nada”.

No caso do deputado 2, por argumentar que essas “dobradas” não deram certo, pois esses deputados federais não mantinham relação – elemento que reforça a ideia de que a dobrada é uma relação circunstancial da eleição – o grupo político do deputado 2, por meio de seu filho, decide vir candidato a deputado federal para que esse tipo de problema não ocorra novamente. Ou seja, o grupo político passa a definir uma dobrada em si mesmo. Os demais relatos também mostram como é essa relação entre grupo político e dobrada, como o caso do Deputado 1 quando questionado se realizada alianças políticas em período eleitoral com outros candidatos a deputado federal. Com isso, pelo fato do grupo político dele ter optado por lançar um candidato a deputado federal, sua dobradinha em 2022 será unicamente com seu filho. O Deputado 1 também vai na mesma direção quando perguntado se fazia dobradas com vários candidatos.

D-1: Não, não, eu sempre fui puro sangue.

GG: Sempre puro sangue?

D-1: A partir do mandato do Sóstenes...ele tem dois mandatos e vai pro terceiro agora...a partir do mandato dele eu tive aliança com ele.

GG: Só com ele?

D-1: Calma, calma, deixa eu te explicar. No primeiro momento que ele se tornou Deputado Federal eu fiz aliança com ele, no segundo momento, nós combinamos e nós abrimos um pouco. Eu abri um pouco a guarda pra ele fazer parceria com algum Deputado...candidato a Deputado Estadual, em algum município...uns 4 municípios. Nesse ano ele fez uns 4 e eu fiz em Macaé e Volta Redonda eu apoiei um candidato Federal que não foi o Sóstenes...esse ano nós estamos puro sangue.

D-1: “O Federal (Sóstenes) que me autorizou, ‘lá na cidade eu tenho um amigo, fulano de tal que é candidato e lá eu não conheço ninguém, dá uma força aí pra ele’.”

GG: Ah, entendi, então o Sóstenes autorizou que nessas duas regiões...

D-1: “É, eu não escolhi o cara, entendeu? E na realidade eu trabalhei só com ele, nas duas regiões foi o Rodrigo Maia”.

D-1: “Os outros não, os outros são puro sangue. Você vê como é que o negócio é complexo”.

O relato do deputado 1 é o mais contundente no que diz respeito à relação entre dobrada e grupo político. Ao dizer que “sempre foi puro sangue”, ele afirma que sempre realizou a dobrada com um deputado que é do seu próprio grupo político, conforme relatado por ele

mesmo. Nesse sentido, há uma espécie de fortalecimento particular de um grupo específico. Entretanto, apesar disso, o deputado 1 relata que definiu, de forma consensual com o Deputado Federal Sóstenes (liderança do seu grupo) que em uma eleição eles não seriam “exclusivos” um do outro. Entretanto, essa deliberação partiu por conta de uma ordem do Deputado Sóstenes, elemento que reforça o caráter hierárquico de um grupo político. Ao fim e ao cabo, a situação é a seguinte: um deputado federal pediu para um membro de seu grupo político, um deputado estadual, apoiar politicamente um de seus concorrentes, outro deputado federal. Esse elemento mostra como o funciona a hierarquia dentre desses coletivos e, para além disso, como que no sistema eleitoral de lista aberta os caciques partidários estaduais possuem um controle da nominata²⁷ - elemento que gera uma perspectiva de quem será eleito na lista. O poder do Deputado Federal sobre o Estadual nesse caso é tamanho que o deputado 1 alega que “não escolheu o cara” com quem iria realizar a dobrada naquelas regiões.

Outro relato que mostra a relação intrínseca entre dobrada e grupo político é o do deputado 4. Nesse aspecto, por conta de sua atuação localista, a dobrada funciona como um instrumento de um grupo político em prol de uma região específica do estado. Ao ser questionado se era muito buscado para realizar alianças políticas, respondeu:

D-4: “Eu na eleição de 2014 fiz campanha do Deputado Pedro Paulo. Para Deputado Federal em 2018 fiz campanha do Deputado Federal Pedro Paulo. Para Deputado Federal em 2022 estarei fazendo campanha pra quem? Deputado Federal Pedro Paulo. Então já estou caminhando com ele há muito tempo...porque existe uma aproximação...aproximação essa do ponto de vista do entendimento que eu passei ao longo do tempo pra ele do que realmente representa a minha região da Zona Oeste...tem que entender que a Zona Oeste é a parte da cidade do Rio de Janeiro que não é a Barra da Tijuca...tem a Zona Oeste da Barra e tem a Zona Oeste dos pobres, que é do outro lado do túnel da Grota Funda...e que precisa do olhar do poder público, do olhar do parlamentar de uma forma diferenciada. É uma aliança do meu mandato em conjunto com o mandato do Deputado Pedro Paulo, para beneficiar e atender as demandas da Zona Oeste...e pensar a Zona Oeste nunca pra três, quatro anos, sempre pra dez, quinze anos...o que nós vamos fazer em termos de urbanização da Zona Oeste para atingir a população, para qualidade de vida daqui a dez anos? Aí é diferente...é um programa político nosso...que interessa tanto a ele quanto a mim. A gente quer melhorar a região, a gente não quer região favelizada, a gente quer investimento para região, é nesse sentido”.

²⁷Utilizo esse argumento pois Sóstenes e Rodrigo Maia – deputado ajudado pelo deputado 1 – eram do mesmo partido. Nesse caso, o apoio para Rodrigo Maia seria, na prática, aumentar a quantidade de votos na legenda, auxiliando também o Deputado Sóstenes, que foi o primeiro do Democratas na lista em 2018, seguido do próprio Deputado Rodrigo Maia. Esse elemento é um indicativo do poder que dirigentes partidários têm sobre montagem de lista de candidatos e, sobretudo, de que forma eles atuam para minimizar incertezas eleitorais.

3.6 Geografia eleitoral

Para discutirmos a temática da geografia eleitoral, é preciso observar alguns pressupostos anteriores, tais como o sistema eleitoral brasileiro. O sistema proporcional em lista aberta não é comum na maior parte dos países da América Latina. Apesar disso, o modelo brasileiro vigora há muitos anos no país e molda diversas facetas do exercício político nas campanhas eleitorais. Ames (2001) alega que o sistema brasileiro é permissivo no que se refere às campanhas eleitorais e elenca questões a respeito de suas consequências. Uma das mais claras é a lista de candidatos. Por se tratar de um sistema de lista aberta, não há uma hierarquização dentro do partido – lista – em que são estabelecidas as prioridades políticas.

Há, entretanto, uma hierarquização no que se refere a distribuição dos recursos partidários entre os candidatos. Por exemplo, o tempo de televisão – uma das características que Ames (2001) vê como um elemento de permissividade do sistema – é dado ao partido. O partido, por sua vez, seleciona os candidatos que irão aparecer neste importante meio de comunicação.

Atualmente, inclusive, o poder partidário é ainda maior com o advento do fundo eleitoral e partidário. Somente determinados candidatos recebem recursos partidários. Esse fator já mostra uma espécie de hierarquização do sistema eleitoral brasileiro dentro das listas abertas. Contudo, um ponto importante é a situação da disputa eleitoral. Por se tratar de uma lista aberta e de um número elevado de candidatos²⁸, a disputa política se dá não entre adversários necessariamente ideológicos. O principal adversário do político brasileiro, nas campanhas eleitorais, é seu companheiro de lista. Esse elemento ocorre pois a sua posição final da lista depende do quantitativo de votos que seus adversários internos possuem. Portanto, é necessário um equilíbrio difícil. Um político precisa que os seus companheiros de lista tenham votos, pois precisa disso para conseguir a sua cadeira. Apesar disso, ele precisa garantir que eles terão menos votos que si mesmo. Portanto, equilibrar-se nesse jogo de incertezas não é uma tarefa fácil.

Nesse cenário, um marco diferencial das campanhas eleitorais é a quantidade de recursos financeiros que elas possuem. Por uma questão lógica, o raciocínio do político é: Ora,

²⁸ Até as eleições de 2020, os partidos políticos podiam lançar como candidatos até 150% do número de cadeiras ao legislativo. Em 2021, aprovou-se uma lei que estabelece que, atualmente, os partidos podem lançar somente o número de cadeiras em disputa + 1, por exemplo, se há 50 cadeiras em disputa, a lista pode ter 51 candidatos. Essa reforma reduziu consideravelmente o número de candidatos.

como há muitos candidatos é preciso fazer com que a mensagem de campanha – e o conhecimento sobre a existência do candidato – chegue ao maior número possível de eleitores potenciais. O dinheiro, então, funciona como um ponto chave para exponenciar a campanha eleitoral e atingir um número maior de eleitores. Portanto, aqueles que possuem maiores recursos financeiros gozam de mais destaque na preferência do eleitorado, pois chegaram até ele. Esse raciocínio político tornou as campanhas do Brasil em um empreendimento caro e que necessita de um esforço financeiro considerável. Por conta disso, muitos candidatos que não possuem condições de fazer esse esforço financeiro optam por uma estratégia eleitoral específica: realizar campanhas eleitorais apenas em regiões geográficas definidas de seus distritos eleitorais.

Para um Deputado Estadual fluminense, por exemplo, é mais barato realizar campanhas eleitorais em 5 municípios ou nos 92 municípios do Rio de Janeiro? Naturalmente, gozando de recursos financeiros elevados, há uma tendência maior de exponenciar. Contudo, como nem todos os políticos possuem essa condição, o foco em determinadas áreas funciona como uma estratégia de sobrevivência não só política, mas também como sobrevivência financeira. Por conta disso, o estudo sobre geografia eleitoral é de extrema importância para compreender as carreiras políticas de parlamentares. Ames (2001) argumenta que os candidatos, no Brasil, buscam limitar geograficamente sua campanha. Com isso, também espera-se que haja uma limitação geográfica no que se refere a quantidade de votos recebidos e, principalmente, uma limitação em sua atuação política. Baseado na ideia de Mayhew (1974), Ames (2001) crê no comportamento egoístico do parlamentar que busca sua reeleição e, por isso, ao ter uma área de atuação política limitada geograficamente, há uma “facilidade” no controle da sua popularidade política, facilitando assim, sua reeleição. Essa percepção distributivista do comportamento parlamentar – a qual já foi discutida anteriormente nesta dissertação – foi refinada por Ames (2001).

Para observar com mais precisão esse comportamento, Ames (2001) criou quatro tipologias de concentração eleitoral que são importantes para analisarmos o caso dos Deputados fluminenses. A primeira categoria é o concentrado-dominante. Por ter se inspirado no caso americano, Ames (2001) entende que essa é a categoria que mais se aproxima dessa realidade. Trata-se de políticos que possuem uma votação altamente concentrada em poucos espaços territoriais – e isso levaria a uma atuação parlamentar paroquial e particularista. O fragmentado-compartilhado, por sua vez, trata-se daqueles que chamamos aqui de detentores do “voto de opinião”. Por representarem bandeiras, causas e grupos difusos, não possuem uma geografia eleitoral específica. Deputados de clivagens religiosas, por exemplo, possuem uma votação

mais espalhada justamente por isso – há fiéis distribuídos de forma mais ou menos homogênea pelo território. O tipo fragmentado-dominante, por sua vez, refere-se aos políticos que possuem uma votação espalhada, mas que concentram a maior parte dos votos válidos em determinados municípios. Naturalmente, isso ocorre por conta de uma aliança entre esse parlamentar e o poder executivo local. O último tipo, concentrado-compartilhado, é percebido entre os candidatos que possuem alta votação em determinado município, mas que esse voto é dividido entre diversos candidatos.

De modo a medir os políticos para o enquadramento nessas classificações, Ames (2001) utilizou como base o Moran I, que basicamente é um teste de autocorrelação espacial (Corrêa, 2016). Contudo, como mostrou Corrêa (2016), a utilização estatística de Moran I acarreta algumas perdas importantes. Uma delas é a não significância de resultados para aqueles candidatos que possuem votos concentrados em grandes capitais. Por conta disso, em sua tese de doutorado, Corrêa utiliza o método estatístico conhecido como Índice de Herfindhal-Hirschman (HHi). Esse índice, criado por economistas, mostra não somente se a votação é concentrada ou dispersa, mas também a contribuição de determinado município para a sua votação total. A fórmula abaixo exemplifica isso.

$$HH_i = \sum_{j=1}^n p_{ij}^2$$

p_{ij} = proporção de votos do deputado i no município j . O n acima do somatório é o número de municípios em que o deputado i obteve votos. A partir da aplicação dessa fórmula, calculamos o resultado da concentração eleitoral dos 6 deputados – nas últimas 3 eleições – que concederam entrevista e observamos alguns achados interessantes. Nesse sentido, quanto maior o HHi (isto é, mais próximo de 1), maior é a concentração eleitoral.

Tabela 10 - Índice de concentração de Herfindhal-Hirschman (HHi) dos deputados estaduais entrevistados - 2010. (continua)

Deputado	HHi	Votação total
Deputado 1	0,02745006702	134.515
Deputado 2	0,05792536204	52.525
Deputado 3	0,05946850969	21.033
Deputado 4	0,1061601155	67.035
Deputado 5	0,0660497996	38.791
Deputado 6	0,06408512014	34.502

Fonte: TSE. Gabriel Guimarães, 2022. (conclusão)

Tabela 11 - Índice de concentração de Herfindhal-Hirschman (HHi) dos deputados estaduais entrevistados - 2014.

Deputado	HHi	Votação total
Deputado 1	0,2070592523	140.148
Deputado 2	0,1478014856	28.777
Deputado 3	0,284371952	33.990
Deputado 4	0,9490332805	65.760
Deputado 5	0,6161594748	41.828
Deputado 6	0,5492724383	39.992

Fonte: TSE. Gabriel Guimarães, 2022.

Tabela 12 - Índice de concentração de Herfindhal-Hirschman (HHi) dos deputados estaduais entrevistados - 2018.

Deputado	HHi	Votação total
Deputado 1	0,1899052499	83.784
Deputado 2	0,1257978814	24.261
Deputado 3	0,2458555476	33.003

Fonte: TSE. Gabriel Guimarães, 2022.

Na primeira tabela, de 2010, observamos que não há uma homogeneidade no que se refere à concentração eleitoral dos nossos entrevistados. Podemos observar, entretanto, que apenas o Deputado 1 possui um índice inferior a 0.05, mostrando que nessa eleição, de uma certa forma, houve uma concentração eleitoral mínima por parte dos nossos entrevistados. O caso do Deputado 4 chama atenção pois, em todas as tabelas, sua observação aparece como o maior índice de concentração eleitoral. Esse elemento, por sua vez, colabora com a entrevista realizada. Ao relatar que dos seus 68 mil votos mais de 60 mil vieram da Zona Oeste do Rio – cálculo naturalmente impreciso natural de uma fala coloquial – o HHi mostra que, de fato, há uma concentração eleitoral forte para esse caso, conforme colocado na entrevista.

O caso do Deputado 1 também é emblemático. É uma observação em que, com o passar dos anos, ocorreu uma diminuição da sua concentração eleitoral. Contudo, não podemos ignorar que isso também se deu ao aumento de sua votação – com exceção ao ano de 2018. Contudo, a queda na concentração eleitoral mostra que, por conta de seu perfil associado a uma liderança da religião evangélica, a territorialização possui menos efeito e influência pouco sobre o seu quantitativo de votos. O caso do Deputado 2 também merece destaque. Apesar de ter reduzido a sua concentração eleitoral, ocorreu também uma queda substancial em seu número total de votos – diferente do Deputado 1. Portanto, nesse caso, não ocorreu um processo de independência territorial – como foi com a liderança política evangélica nas duas primeiras

eleições –, mas sim um enfraquecimento de sua principal base eleitoral, localizada em uma cidade da região metropolitana do estado. Um caso parecido, mas com uma intensidade menor, foi o Deputado 5. Ao alegar que tem como base eleitoral a Zona Oeste do Rio de Janeiro, também percebemos um índice de concentração relativamente alto. Contudo, com tendência de queda, elemento que mostra um enfraquecimento de sua posição política.

Os Deputados analisados mostram que a concentração eleitoral é uma faca de dois gumes. Por um lado, ela pode garantir uma previsibilidade na sua votação. Há uma história de ligação com a geografia do local. As pessoas reconhecem, no geral, essa liderança e espera-se que isso seja recompensado em termos de votos. Por outro lado, quando esse reconhecimento não acontece, o político torna-se refém do espaço, de modo que se o eleitor de uma determinada região entender que não o quer mais como representante por uma razão qualquer – como por exemplo, não atendimento de uma demanda pontual – ele possui um poder punitivo maior. O Deputado 1, de acordo com os dados, nunca teve um índice de concentração eleitoral alto. Mesmo assim, fica evidente que foi feito um trabalho político de expansão, do ponto de vista eleitoral, que o tornou menos dependente de um espaço geográfico. Por essa ótica, ele estaria pronto para vir candidato a Deputado Federal com reais chances de vitória, sobretudo por conta do aumento consecutivo de sua votação – até o ano de 2014 e com uma votação ainda bem expressiva em 2018. A sua não vinda se justifica, conforme colocado na seção das entrevistas, na permanência dele em um grupo político que já tem um Deputado Federal.

O Deputado 5, por sua vez, passa pelo processo inverso. Sua concentração diminui, mas o número de votos que ele obtém também cai drasticamente a partir da eleição de 2018 – momento em que ocorre a maior queda da concentração eleitoral. Nesse caso, então, trata-se de uma dificuldade de representatividade local. Semelhante ao que acontece com o Deputado 2, mas em um processo mais uniforme. O Deputado 2 logrou quedas consecutivas de votos e, por conseguinte, de concentração eleitoral. Nesse caso, sua dependência com a base eleitoral é ainda maior, pois não houve uma expressão eleitoral de um trabalho político fora dessas bases. Em ambos os casos, os Deputados poderiam vir como candidatos a federal. Porém, muito provavelmente, não teriam condições políticas disso, visto que estão em processos consecutivos de diminuição eleitoral. Por isso, a opção do Deputado 5 é argumentar que seu foco é local, na Zona Oeste, área que abarca o seu índice de concentração eleitoral. O Deputado 2, por sua vez, ao lançar o filho como Deputado Federal, reforça sua estratégia de concentração e alinhamento com a política local de sua cidade – uma forma de marcar posição.

O Deputado 3 – que possui uma luta política ligada à enfermagem – e o Deputado 6 que possui o que o próprio classificou como “voto de opinião” não possuem altos índices de

concentração eleitoral justamente pela natureza da atuação política que desempenham. Por estarem mais associados a pautas difusas e a pautas classistas, há uma natural dispersão territorial de seus eleitores. Ou seja, na prática, nem todos os enfermeiros moram no mesmo lugar e nem todos os que gostam do Deputado 6 também. Não há um histórico de trabalho político associado à defesa de um território, mas sim a pautas amplas. Esses dois casos se contrastam com o caso extremo do Deputado 4. Sempre com alta votação e com pequena variação de eleição para eleição, sua concentração eleitoral permanece alta e sempre localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Nesse caso, também não busca uma eleição à Câmara dos Deputados por fazer parte de um grupo político o qual já possui um Deputado Federal.

CONCLUSÃO

O objetivo dessa dissertação era argumentar que existem duas categorias de análise que precisam ser levadas em consideração quando se discute ambição política no Brasil e nos estados brasileiros: grupo político e dobradinha. O sistema federativo brasileiro é rico e permite uma multiplicidade de carreiras e trajetórias políticas. Essa dissertação mostra que uma parte dos Deputados Estaduais do Rio de Janeiro faz parte de um coletivo político com regras, hierarquia e, acima de tudo, com orientações claras do que deve ser feito no sentido político - não necessariamente no sentido ideológico.

Na introdução, elencamos de forma direta e objetiva as definições de grupo político e dobradinha bem como foi exposto a opção pelo desenho metodológico. Atualmente, é muito comum que politólogos sejam partidários de método x ou método y. Ao escolher uma metodologia mista (naturalmente, com um enfoque maior na qualitativa por uma dimensão natural do propósito da pesquisa) buscou-se mostrar que existe um alto grau de potencialidade no que se refere à junção dos métodos quantitativos e qualitativos. A ambição política, geralmente, é uma temática que pouco conversa com os métodos qualitativos. Essa dissertação mostrou também que esse diálogo é possível. Não é razoável presumir que se discuta ambição política sem, efetivamente, escutar os próprios atores dessa ambição, os quais são motivados por elementos diversos e, por vezes, não acessados pelos dados observacionais, tais como a dobradinha e grupo político.

Como seria possível articular esses dois conceitos com uma pesquisa puramente quantitativa? Não seria possível. Existem dados sobre dobradinhas eleitorais em todo o Estado do Rio de Janeiro? Não existem. Existem formas de identificar e classificar, objetivamente, grupo político no estado? Também não existe. Dar voz a esses políticos é uma forma de compreender uma dimensão que não se encontra acessível aos politólogos e nem à sociedade.

Trata-se, pois, de uma linguagem própria da política. Com sua dinâmica particular e, sobretudo, com sua forma de agir, a qual tem uma lógica própria. Por vezes, realizar entrevistas com políticos não é uma tarefa fácil e no Rio de Janeiro se torna ainda mais difícil.

Muitos dos políticos habilitados dentro do recorte da pesquisa não quiseram conversar por razões diversas. Alguns foram presos, outros não gostavam de conversar com agentes externos, mas boa parte deles ainda vê a academia como um inquisidor. Essa visão casuística sobre a academia só pode ser rompida a partir de trabalhos que forneçam uma voz aos mesmos. Entretanto, cabe uma ressalva: fornecer voz não significa aderir ao discurso. Trata-se da

possibilidade de analisar criticamente, como foi feito nesta dissertação, a forma comunicativa dos políticos para com seus pares e, sobretudo, consigo mesmo – por se tratar de uma possibilidade de construção de carreira política de diferentes formas.

No primeiro capítulo buscou-se discutir as bases intelectuais da ambição política. O tema, oriundo dos Estados Unidos, mostrou um forte desenvolvimento a partir do trabalho de Schlesinger (1966) e teve um importante marco teórico no Brasil com Samuels (2003). Na maior parte dos trabalhos, mostrou-se que a ambição está no centro da política. Não é possível fazer ou pensar política se não por meio da expressão da ambição de seus atores individuais.

Essa ambição, contudo, precisa estar associada ao que chamamos de estruturas de oportunidades políticas para que seja possível e factível. O caso brasileiro mereceu destaque por conta da nossa estrutura federativa ampla, elemento que permite uma “ambição zigue-zague” por parte dos políticos brasileiros. Do ponto de vista estadual, também discutiu-se o elemento da ambição. O trabalho de Corrêa (2016) foi crucial para compreender como os Deputados Estaduais se comportam e, sobretudo, quais são os caminhos mais comuns em suas carreiras políticas.

No capítulo seguinte, analisou-se a questão da política estadual brasileira. A partir da tese originária de Abrucio (1998), vimos que muitos trabalhos posteriores utilizaram essa percepção como basilar, seja para criticar ou apoiar. Fato é que a tese originária ancorou boa parte das teorias e deu o tom a respeito dos estudos sobre política estadual no Brasil. O trabalho de Santos (2001) foi um outro marco importante, pois organizou de forma didática e clara alguns estudos sobre essa temática com a devida separação do ponto de vista regional. Com a obra organizada por Santos (2001), vimos que os estados brasileiros possuem diferentes maneiras de expressar sua política local, com formas diversas de relação entre legislativo-executivo e padrões de carreiras políticas diferentes do nível federal. Entretanto, também observou-se neste capítulo a dinâmica especial do Rio de Janeiro. Desde o trabalho de Diniz (1982) ao trabalho de Gershon (2017), observamos que o Rio de Janeiro possui uma dinâmica política particular, diversa e que necessita de atenção. Graça (2014) com seu trabalho premiado contribui para essa necessidade e se transforma em um importante referencial sobre a relação entre ALERJ e Governo Estadual. Essa dissertação buscou combinar elementos desses trabalhos de modo a completar uma dimensão, até então pouco explorada, sobre a perspectiva individual do político da ALERJ por meio de sua ambição.

Após os dois capítulos teóricos, discutiu-se o material empírico coletado. Foram longas entrevistas e demoradas transcrições até a finalização do material. Mais de 10 horas analisadas e categorizadas de forma a expressar os argumentos colocados neste trabalho. Observou-se

que, para alguns Deputados Estaduais do Rio de Janeiro, a ambição política não é um produto de uma vontade individual dos mesmos. Alguns, por exemplo, fazem parte de um grupo político o qual já possui um Deputado Federal e outras lideranças que ocupam cargos eletivos. Outros, não acreditam que podem defender sua comunidade estando em nível federal. Outros, por sua vez, simplesmente não possuem votos para almejar algo maior e funcionam como grandes cabos eleitorais – minimizadores de incertezas – de Deputados Federais por meio de dobradinhas. Essa dissertação assumiu, durante toda a escrita, que grupo político e dobradinha não possuem capacidade, sozinhos, de explicar tudo. Não há uma revolução, uma fórmula até então inexplorada que foi desvendada neste trabalho. Porém, fica claro que, para os próprios políticos, são termos que importam. Se para os próprios atores se tratam de categorias de análise importantes na hora de tomar uma decisão, como não poderia ser para os politólogos? Com as entrevistas, observamos que uma parte do conhecimento sobre a dinâmica política fluminense encontra-se inacessível do ponto de vista formal e necessita de escuta atenta e orientada. O método quantitativo, por sua vez, surge na dissertação como um importante incremento teórico e que corrobora com a situação de muitos entrevistados.

Em face desse panorama, essa dissertação faz parte de uma singela contribuição à tradição de estudos fluminenses do IESP, local referência para observar a política do Rio de Janeiro. Acredito que essa dissertação foi um trabalho justo naquilo que ele se propôs: evidenciar que existem elementos da dinâmica da política fluminense – grupo político e dobradinha – que precisam ser observados quando se discute ambição política.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalizão: raízes e evolução do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Companhia das Letras. 1º edição. 2018.
- ABRUCIO, Fernando L. (1998). **Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec/USP. 1998.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho & COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. **O papel institucional da Assembleia Legislativa paulista: 1995 a 1998**. In: Santos, F. (org.). *O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência*. 1a. ed. Rio de Janeiro, p. 219-246, 2001.
- AMES, Barry. **The deadlock of Democracy in Brazil**. 2001. Ed. The University of Michigan Press.
- ANASTASIA, F. CORRÊA, I.; NUNES, F. **Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas**. In: MENEGUELLO, R. (Ed.). *O Legislativo Brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, 2012.
- ANASTASIA, Fátima. **Transformando o Legislativo: a experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. In: Santos, F. (org.). *O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência*. 1a. ed. Rio de Janeiro, p. 23-84, 2001.
- ARNOLD, Douglas (1990). **The Logic of Congressional Action**. New Haven: Yale University Press.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C. BARONE, L. S. **Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil**. *Dados*, v. 55, n. 4, p. 987–1013, dez. 2012.
- BLACK, G. S. **A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives**. *The American Political Science Review*, v. 66, n. 1, p. 144–159, mar. 1972.
- BORCHERT, J. **Individual Ambition and Institutional Opportunity: A Conceptual Approach to Political Careers in Multi-level Systems**. *Regional & Federal Studies*, v. 21, n. 2, p. 117–140, maio 2011.
- CASTRO, M. M. M. DE; ANASTASIA, F.; NUNES, F. **Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros**. *Dados*, v. 52, p. 961–1001, 2009.
- CORRÊA, Felipe. **O que fazer para sobreviver politicamente? Padrões de carreiras de Deputados Estaduais no Brasil**. Tese de Doutorado. UFMG. 2016.
- COX, Gary e MCCBBINS, Matthew D. **Legislative Leviathan: Party Government in the House**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1993.
- DINIZ, Eli. **Voto e Máquina Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DOMINGUES, Mauro Petersem. **Espírito Santo: produção legal e relações entre poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998**. In: Santos, F. (org.). *O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência*. 1a. ed. Rio de Janeiro, p. 85-112, 2001.

DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

EDWARDS, Santiago. **Jugando a perdedor: candidatos conimprobablesposibilidades de triunfo enelecciones parlamentarias en Chile en 2005**. In: NAVIA, Patricio; MORALES, Mauricio; BRICEÑO ESPINOZA, Renato (Ed.). *El Genoma electoral chileno: dibujandoel mapa genético de las preferencias políticas en Chile*. Santiago de Chile: Diego Portales, 2009.

FENNO, Richard (1973). **Congressmen in Committees**. Boston: Little Brown.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FREIRE, Américo. **Democracia brasileira em Foco: estudos de caso, historiografia, atores e posições**. Rio de Janeiro: Ed. Sagga Editora, 2019.

GERSHON, Débora. **Autonomia legislativa? O caso da ALERJ**. Tese de doutorado. IESP. 2017.

GRAÇA, L. F. G; SANTOS, F. **Uma análise da produção legislativa durante os dois primeiros anos do Governo Sérgio Cabral: Indicadores Quantitativos e Qualitativos em uma Perspectiva Comparada**. In: Coletânea I Prêmio. Finanças Públicas, Desenvolvimento Econômico. Sefaz-SEDEIS, 2009, p. 188-228.

GRAÇA, Luís Felipe Guedes. **Independência ou irrelevância? Produção legislativa e vetos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (1983-2010)**. Tese de doutorado. IESP. 2014.

GUARNIERI, Fernando. **Partidos, seleção de candidatos e comportamento político**. 2004. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo.

HALL, Richard L. e van Houweling, Robert P. 1995. **“AvariceandAmbition in Congress:Representatives' DecisionstoRunor Retire fromthe U.S. House”**. *American Political Science Review*, 89(1): 121-136.

JONES, Charles O. **The presidency in theseparated system**. Washington D.C.: Brookings Institution, 1994.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. **Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil**. *Opinião Pública*, v. 9, p. 44–67, 2003.

LIMA, R. N. DE; BARRETO, A. **A carreira de vereador e a ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010)**. *Pensamento Plural*, n. 12, p. 91–115, 2013.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. (1983), **Os Partidos Políticos Brasileiros. A Experiência Federal e Regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro, Graal.

LIMA, R. N. De. (2014). **A carreira de vereador e a ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010)**. Pensamento Plural, 0(12), 91–115.

LOPEZ, F. **A política do espólio dos deputados estaduais do Rio de Janeiro: estudo sobre as indicações para cargos de confiança. (2005)**. 198f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MAYHEW, David. (1974), **Congress. The Electoral Connection**. New Haven, Yale University Press.

MEIRELES, F. (2019). **Political careers in the house of representatives: A quasi-experimental analysis**. Dados, 62(4), 1–38.

MORAES, Filomeno. **A Dinâmica Legislativa da Assembleia do Estado do Ceará: 1995-1998**. In: SANTOS, F. (org.). O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p. 163-188.

NICOLAU, Jairo. **O Sistema eleitoral de lista aberta no Brasil**. Dados, Rio de Janeiro, v.49, n.4, 2006, p.689-720.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. **O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil**. Revista de Economia Política, v. 27, n. 4, p. 664–683, dez. 2007a.

PEREIRA, A. R. **Sob a ótica da delegação: governadores e assembleias no Brasil pós-1989**. In: Santos, F. (org.). O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência. 1a ed. Rio de Janeiro, p. 248 – 287, 2001.

PEREIRA, André Ricardo. **Por Baixo dos Panos: Governadores e Assembleias no Brasil Contemporâneo**. (2004). 267f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2004.

ROHDE, D. W. **Risk-Bearing and Progressive Ambition: The Case of Members of the United States House of Representatives**. American Journal of Political Science, v. 23, n. 1, p. 1–26, fev. 1979.

SAMUELS, David. **Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, Luciana. **Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai**. Teoria & Sociedade, Belo Horizonte, v.16, n.2, jul.-dez. 2008, p.130-155.

SANTOS, Fabiano. **Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999** In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Konrad Adenauer, 2000.

SANTOS, Fabiano (Org.). **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

SANTOS, Fabiano. **Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil**. Dados, Rio de Janeiro, v.42, n.1, 1999.

SANTOS, Fabiano. **A Dinâmica Legislativa no Estado do Rio de Janeiro: Análise de uma Legislatura**. In: .(Org.). O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2001. p.163-187.

SANTOS & PEGURIER (2011) **Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation, Regional and Federal Studies**, 21:2, 165-183.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **Entre o carisma e a rotina: as eleições de 1982 e o primeiro governo**, IN: FERREIRA, Marieta Moraes (Org). A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ALERJ, CPDOC/FGV, 2008. p. 43-67.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper & Brothers, 1942.

SCHLESINGER, Joseph A. **Ambition and politics: political careers in the United States**. Chicago: Rand McNally, 1966.

SHUGART, M. S. e CAREY, J. M. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics**. New York: Cambridge University Press, 1992.

TOMIO, Fabricio. e RICCI, Paolo. **Instituições e decisões: estudo comparativo do processo legislativo nas Assembleias Estaduais**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 7., 2010, Recife, PE.

TOMIO, Fabricio. e RICCI, Paolo. (2009). **A conexão eleitoral no contexto das assembleias legislativas estaduais brasileiras: mito ou realidade?** In: LASA 2009 CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2009, Rio de Janeiro.

TSEBELIS, George (1990). **Nested Games. Rational Choice in Comparative Politics**. Berkeley, University of California Press.